



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE – UERN

CAMPUS AVANÇADO DE PAU DOS FERROS – CAPF

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA – DEC

MARIA CAROLINE NOGUEIRA DE QUEIROZ

**CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DA COMUNIDADE REMANESCENTE
QUILOMBOLAS DO SÍTIO COMUM EM CORONEL JOÃO PESSOA/RN**

PAU DOS FERROS – RN

2024

MARIA CAROLINE NOGUEIRA DE QUEIROZ

**CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DA COMUNIDADE REMANESCENTE
QUILOMBOLAS DO SÍTIO COMUM EM CORONEL JOÃO PESSOA/RN**

Monografia apresentada como requisito para conclusão do Curso de Ciências Econômicas, do Campus Avançado de Pau dos Ferros (CAPF), da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN).

Orientador: Prof. *Me.* Boanerges de Freitas Barreto Filho

PAU DOS FERROS – RN

2024

© Todos os direitos estão reservados a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. O conteúdo desta obra é de inteira responsabilidade do(a) autor(a), sendo o mesmo, passível de sanções administrativas ou penais, caso sejam infringidas as leis que regulamentam a Propriedade Intelectual, respectivamente, Patentes: Lei nº 9.279/1996 e Direitos Autorais: Lei nº 9.610/1998. A mesma poderá servir de base literária para novas pesquisas, desde que a obra e seu(a) respectivo(a) autor(a) sejam devidamente citados e mencionados os seus créditos bibliográficos.

**Catálogo da Publicação na Fonte.
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.**

Q3c Queiroz, Maria Caroline Nogueira de
CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DA
COMUNIDADE REMANESCENTE QUILOMBOLAS DO
SÍTIO COMUM EM CORONEL JOÃO PESSOA-RN. /
Maria Caroline Nogueira de Queiroz. - Pau dos Ferros -
RN, 2024.
83p.

Orientador(a): Prof. Me. Boanerges de Freitas Barreto
Filho.

Monografia (Graduação em Ciências Econômicas).
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

1. Comunidade Quilombola. 2. condições
socioeconômicas. 3. cultura. I. Barreto Filho, Boanerges
de Freitas. II. Universidade do Estado do Rio Grande do
Norte. III. Título.

O serviço de Geração Automática de Ficha Catalográfica para Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC's) foi desenvolvido pela Diretoria de Informatização (DINF), sob orientação dos bibliotecários do SIB-UERN, para ser adaptado às necessidades da comunidade acadêmica UERN.

MARIA CAROLINE NOGUEIRA DE QUEIROZ

TERMO DE APROVAÇÃO

**CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DA COMUNIDADE REMANESCENTE
QUILOMBOLAS DO SÍTIO COMUM EM CORONEL JOÃO PESSOA/RN**

Monografia apresentada para apreciação da Banca Examinadora em: 29/02/2024

Prof. *Me.* Boanerges de Freitas Barreto Filho
Orientador

Prof. Dr. Magnus Kelly de Oliveira Pinheiro
Membro da banca

Profa. Dra. Franciclézia S. Barreto
Membro da banca

Maria Caroline Nogueira de Queiroz
Orientanda

PAU DOS FERROS – RN

2024

Dedico esse trabalho a meus pais e ao meu esposo, por todo apoio, incentivo e compreensão que precisei.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter me amparado a todo momento com suas infinitas bênçãos, e a minha santa de devoção. Nossa Senhora das Graças, por interceder pelas minhas batalhas. Agradeço ao meu esposo Samuel por ter me apoiado a lutar por esse sonho e nunca ter me deixado desistir, por todas as vezes que me ajudou e não mediu esforços em nenhuma situação.

Agradeço a toda minha família por todo incentivo emocional e financeiro, e por todo apoio nesses anos, mesmo diante de tantas dificuldades e obstáculos que tentavam me impedir de concluir este curso.

Agradeço ao meu orientador, Professor Boanerges Filho, por toda paciência, disponibilidade e por também não medir esforços para me atender e me ajudar. Agradeço também aos meus colegas que, nesses anos, fomos apoios uns para os outros e por toda troca de experiências.

E, por fim, agradeço aos moradores da CRQ, que colaboraram com minha pesquisa sem nenhuma objeção, por serem prestativos e compreensivos.

RESUMO

O trabalho caracterizou os aspectos socioeconômicos, culturais e habitacionais da Comunidade Remanescente Quilombola “Sítio Comum”, localizada no município de Coronel João Pessoa/RN. Objetivou-se também traçar o perfil socioeconômico, identificando indicadores de renda, escolaridade e ocupação, também descreveu as condições de produção e as principais fontes geradoras de renda dos habitantes da CRQ, demonstrou-se às condições de moradia, acesso aos serviços básicos e equipamentos públicos, bem como a condição de posse e titulação de imóveis. Ademais, identificou-se às atividades e elementos de afirmação da cultura afro-brasileira na CRQ. Utilizou-se como procedimentos metodológicos: a pesquisa bibliográfica, levantamento documental e pesquisa de campo, para a coleta de informações e dados relativos à realidade socioeconômica da CRQ, além de elementos característicos relacionados às condições de vida e de afirmação da identidade afro-brasileira. A comunidade apresentou indicadores de baixa renda com agropecuária de subsistência e poucas ocupações formais e informais, nível de escolaridade insatisfatório, acesso insuficiente aos serviços de saneamento básico, mas apresentou condições habitacionais satisfatórias, razoável acesso aos serviços de saúde e educação e disponibilidade de alguns equipamentos públicos. Na CRQ se encontram aspectos culturais tradicionais, tais como: capoeira, maculelê, quadrilha e artesanato. Acredita-se que os dados e informações reunidos no trabalho reafirmam a importância da conquista da certificação da CRQ, mas também sugerem à necessidade de intervenções públicas para mitigação das dificuldades pela comunidade. Por fim, espera-se que a pesquisa contribua para a adoção de medidas e ações pelo Poder Público para beneficiar os/as moradores/moradoras e para preservação da cultura e tradições existentes na comunidade.

Palavras-chave: Comunidade Quilombola; condições socioeconômicas; cultura.

ABSTRACT

The work characterized the socio-economic, cultural, and housing aspects of the Quilombola Remnant Community "Sítio Comum," located in the municipality of Coronel João Pessoa/RN. The objective was also to outline the socio-economic profile, identifying income, education, and occupation indicators, as well as describing the production conditions and the main sources of income for the inhabitants of the CRQ, demonstrating housing conditions, access to basic services and public facilities, as well as property ownership and titling status. Additionally, it identified activities and elements of affirmation of Afro-Brazilian culture in the CRQ. Methodological procedures included bibliographic research, documentary survey, and field research to collect information and data regarding the socio-economic reality of the CRQ, as well as characteristic elements related to living conditions and the affirmation of Afro-Brazilian identity. The community presented indicators of low income with subsistence agriculture and few formal and informal occupations, unsatisfactory educational level, insufficient access to basic sanitation services, but satisfactory housing conditions, reasonable access to health and education services, and availability of some public facilities. In the CRQ there are traditional cultural aspects, such as capoeira, maculelê, quadrilha, and handicrafts are found. It is believed that the data and information gathered in the work reaffirm the importance of achieving CRQ certification, but also suggest the need for public interventions to mitigate the community's difficulties. Finally, it is hoped that the research will contribute to the adoption of measures and actions by the Public Authorities to benefit the residents and to preserve the culture and traditions existing in the community.

Keywords: Quilombola Community. Socioeconomic Conditions. Culture.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Distribuição populacional por cor nas regiões brasileiras.....	18
Gráfico 2 - Manifestações Religiosas nas CRQ.....	23
Gráfico 3 - Atividades desenvolvida nas Comunidades Quilombolas.....	27
Gráfico 4 - População Quilombola nos estados.....	29
Gráfico 5 – Comunidades Quilombolas Certificadas até 2023.....	31
Gráfico 6 – Faixa etária dos/das respondentes da pesquisa.....	49
Gráfico 7 - Escolaridade dos chefes de família da CRQ do Sítio Comum.....	50
Gráfico 8 - Escolaridade dos cônjuges da CRQ do Sítio Comum.....	50
Gráfico 9 - Beneficiários do Bolsa Família e beneficiários do INSS ou Previdência Social na CRQ do Sítio Comum.....	51
Gráfico 10 - Realização (ou não) de atividade pecuária.....	52
Gráfico 11 – Realização (ou não) de atividade agrícola.....	53
Gráfico 12 – Finalidade da produção das atividades agropecuárias.....	53
Gráfico 13- Atividades agropecuárias em propriedade privada ou cedida.....	54
Gráfico 14 - Ocupações formais e informais.....	55
Gráfico 15 – Responsabilidade do sustento da família.....	56
Gráfico 16- Responsabilidade no sustento familiar.....	56
Gráfico 17 - Número de residentes por domicílio.....	57
Gráfico 18- Condições de domicílio- tipos de construção e revestimento.....	58
Gráfico 19- Condições de domicílio- tipos de pisos.....	58

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Manifestações religiosa de matriz africana e práticas católicas.....	24
Figura 2 - Capoeira Afro-Brasileira.....	24
Figura 3 - Variações artesanais nas CRQ.....	25
Figura 4 - Enorme panela de barro da comunidade Negros do Riacho.....	35
Figura 5 - Dança de São Gonçalo em comunidades de Portalegre/RN.....	37
Figura 6 - Dança Pau furado na CRQ Capoeira - Macaíba/RN.....	37
Figura 7 – Região Geográfica Imediata de Pau dos Ferros.....	46
Figura 8 – Limites do Município de Coronel João Pessoa/RN.....	46
Figura 9 – Imagem Panorâmica da Zona Urbana de Coronel João Pessoa/RN.....	47
Figura 10 - Casa de taipa encontrada na CRQ do Sítio Comum.....	59
Figura 11 - Banheiro químico na CRQ do Sítio Comum.....	60
Figura 12 - Igreja Católica da CRQ do Sítio Comum.....	62
Figura 13 - Apresentações de capoeira, maculelê e quadrilha respectivamente na CRQ do Sítio Comum.....	62
Figura 14 - Confeção de louças de barro na CRQ do Sítio Comum.....	63

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 1 – Comunidades de Remanescentes Quilombolas (CRQ) no Brasil – Informações Socioeconômicas e Produtivas.....	26
Quadro 2 - Renda familiar segundo cor das respondentes – Londrina/PR e Uberlândia/MG.....	43
Tabela 1 - Distribuição populacional nos estados brasileiros.....	30
Tabela 2 - Comparativo das médias de escolaridade (anos de estudo) entre os gêneros e por cor para o rural, urbano e total, e também para os domicílios que recebem até US\$1,00 <i>per capita</i> /dia.....	41

LISTA DE SIGLAS

ACS	Agentes Comunitários de Saúde
CONAQ	Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos
CRQ	Comunidade Remanescente Quilombolas
FCP	Fundação Cultural Palmares
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
PBF	Programa Bolsa Família
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio
PSF	Programa Saúde da Família
RTID	Relatório Técnico de Identificação e Delimitação
STF	Supremo Tribunal Federal
SEPPIR	A Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
PNPIR	Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial
UBS	Unidade Básica de Saúde
ACS	Agente comunitário de Saúde
PSF	Programa Saúde da Família
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
RTID	Relatório Técnico De Identificação E Delimitação
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 ORIGEM E RAMIFICAÇÕES QUILOMBOLAS	15
2.1 CRQ do Brasil	15
2.2 Aspectos Sociais das CRQ.....	18
2.2.1 <i>Saúde e Educação.....</i>	19
2.2.2 <i>Titulação de terras</i>	21
2.2.3 <i>Aspectos Culturais.....</i>	22
2.3 Aspectos Econômicos.....	26
3 CRQ DO NORDESTE	29
3.1 CRQ do Rio Grande do Norte: tradições culturais e traços característicos.....	33
4 RELAÇÃO ENTRE COR E POBREZA	39
5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS IDENTIFICAÇÃO DA ÁREA PESQUISADA	44
5.1 Procedimentos Metodológicos	44
5.2 Identificação da área de estudo	45
6 CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DA CRQ DO SÍTIO COMUM: RESULTADOS E DISCUSSÃO	49
7 CONCLUSÕES.....	65
REFERÊNCIAS	67
APÊNDICE 1	73
APÊNDICE 2.....	83

1 INTRODUÇÃO

No Brasil existem 3.563 comunidades identificadas como Remanescentes de Quilombo dessas, 2.901 são certificadas (FCP, 2023). Segundo a Fundação Cultural Palmares (FCP), em 2022, foram avaliados 308 processos em aberto. No Rio Grande do Norte existem 33 Comunidades Quilombolas que já foram reconhecidas e certificadas pela FCP, com as Portarias publicadas no Diário Oficial da União, dentre esses municípios, Portalegre/RN e Jundiá/RN, possuem quatro comunidades cada, e apresentam maior frequência de casos reconhecidos no estado (FCP, 2022).

Uma grande questão diz respeito a dificuldade enfrentada por essas comunidades em acesso a direitos básicos, além de sofrerem segregação espacial. Mesmo após o reconhecimento e certificação, os povos Remanescentes de Quilombo ainda não recebem o devido tratamento, principalmente em relação a direitos básicos. Em 2003 foi lançado o Decreto Federal n.º 4.887 que garantia ao povo Quilombola a posse de terras, além de direitos a melhores condições de acesso à saúde, educação e saneamento, segurança alimentar e etc., mas, apenas em 2018 o Decreto foi considerado constitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF) (Rê *et al.*, 2021).

Apesar de existirem leis que visam garantir direitos básicos e fundamentais, a realidade de muitas dessas comunidades é outra, pois enfrentam problemas no processo de identificação em relação à posse de terras, além de problemas de qualidade de acesso a direitos básicos como saúde, educação, habitação, saneamento e outras questões socioeconômicas (Rê *et al.*, 2021).

A Comunidade Remanescente Quilombola (CRQ) do “Sítio Comum”, localizada na Zona Rural do município de Coronel João Pessoa/RN fica a cerca de 6 km da sede administrativa. A CRQ surgiu em 1910, pela migração de famílias que vieram do Sertão do Inhamuns, Ceará (CE), para trabalhar em uma grande fazenda no Município de Pereiro/CE. Duas dessas famílias, lideradas pelos patriarcas Felipe e Leandro, fugiram da fazenda e embrenharam-se pelas matas até chegar ao local da CRQ, e se estabeleceram no local, dando o nome de “Comum”. O lugar era muito cobiçado por muitos fazendeiros e todos queriam possuí-las. Durante as décadas de 1910 e 1920, outras famílias chegaram à comunidade, construindo suas casas de barro e folhas de coqueiros (Silva, 2022).

Desde sua origem a CRQ é caracterizada pela agricultura de subsistência e pela prática artesanal de confecção de peças de barro ou argila. Já a divisão de atribuições mais corriqueira era com os homens realizando as tarefas do roçado e as mulheres cuidando dos afazeres do lar

e confeccionando louças de barro para comercialização e assim contribuir para o sustento da família (Silva, 2022).

Atualmente, a comunidade desenvolve uma pequena agricultura de subsistência, baseadas no trabalho das famílias, já a cultura do artesanato de confecção de peças de barro, perdeu a força, pois, uma pequena minoria continua a desenvolver e não mais com o objetivo principal do sustento, mas para preservação da cultura e tradição (Silva, 2022). Em decorrência da situação de dificuldades que as CRQ enfrentam, pretendeu-se com a elaboração desta pesquisa responder ao seguinte problema: quais as características socioeconômicas da CRQ do Sítio Comum, localizada no município de Coronel João Pessoa, no Rio Grande do Norte (RN)?

Importante destacar que a CRQ foi reconhecida apenas em 2018, portanto não foram identificados estudos específicos sobre a realidade socioeconômica da CRQ. Assim, espera-se que a elaboração da monografia informe a sociedade sobre as condições socioeconômicas e culturais predominantes na CRQ do “Sítio Comum”, localizada no município de Coronel João Pessoa/RN, e resulte em medidas e ações do Poder Público para beneficiar os/as moradores/moradoras e para preservação da cultura e tradições afro-brasileiras existentes na comunidade.

O objetivo deste trabalho é caracterizar os aspectos socioeconômicos, culturais e habitacionais da CRQ do “Sítio Comum”, localizada no município de Coronel João Pessoa/RN. Tendo como objetivos específicos: traçar o perfil socioeconômico identificando níveis de indicadores de renda, escolaridade e ocupação da CRQ; descrever as condições de produção e principais fontes geração de renda dos habitantes da CRQ; demonstrar as condições de moradia, acesso aos serviços básicos e equipamentos público e de posse e titulação de imóveis e; identificar as atividades e elementos de afirmação da cultura afro-brasileira na CRQ. Para isto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, levantamento documental e pesquisa de campo para a coleta de informações e dados relativos à realidade socioeconômica.

A pesquisa foi dividida em 7 seções. A seção 1 traz a introdução. A seção apresenta um breve esboço sobre a origem e ramificações quilombolas, trazendo discussões sobre aspectos sociais, como saúde, educação, titulação de terras e aspectos culturais das CRQ no Brasil. A seção 3 aborda a caracterização socioeconômica das CRQ no Nordeste e do Rio Grande do Norte. A seção 4 traz reflexões sobre as relações entre cor e pobreza. A seção 5 detalha os procedimentos metodológicos da pesquisa e faz a identificação da área do município em que a CRQ se localiza. A seção 6 apresenta os resultados e discussão dos dados coletados sobre a CRQ estudada e, por fim, a seção 7 traz as conclusões.

2 ORIGEM E RAMIFICAÇÕES QUILOMBOLAS

A exploração sistemática de escravos trazidos de várias regiões da África se originou em 1554 e logo se tornou um negócio muito importante para os envolvidos no tráfico transatlântico de negros. A captura e transporte forçado de negros para o Brasil perdurou por mais de 300 e foi responsável por absorver cerca 40% dos escravos africanos, consistindo numa operação econômica muito rentável e indispensável para a exploração dos recursos coloniais (Furtado, Pedroza, Alves, 2014, p.108).

Em decorrência do grande fluxo de negros africanos para o continente americano, com destaque para o Brasil, verifica-se uma presença de populações descendentes, conforme depreende-se pela grande miscigenação existente no Brasil, mas também pela presença em outros países, como Colômbia, Equador, Suriname, Honduras, Belize e Nicarágua. A presença mais marcante em países da América do Sul, como Brasil, Colômbia e Equador, estimulou a formulação de legislações para conferir reconhecimento as CRQ e assegurar a regularização de terras para as populações quilombolas, inclusive em suas Constituições (Comissão Pró-Índio de São Paulo, 2009).

Na América Central, apenas Nicarágua e Honduras possuem dispositivos constitucionais para reconhecimento de direitos de populações quilombolas. Os demais países, quando dispõem de comunidades presentes, não possuem nenhuma legislação e por isso alguns casos se encontram em análise pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (Comissão Pró-Índio de São Paulo, 2009).

Segundo Freitas (1984) *Apud* Furtado, Pedroza, Alves (2014, p. 109), a palavra Quilombo passou a ser usada quando a resistência negra, saturada dos abusos e explorações, promovia fugas e se organizava em locais distantes e de difícil acesso para se esconder do sistema escravista. Assim, os Quilombos eram os lugares de resistência e de refúgio para aqueles que conseguiam escapar dos senhores de escravos e, evidentemente, tornaram-se lugares para se garantir a sobrevivência.

2.1 CRQ do Brasil

No Brasil, inicialmente, o termo "Quilombo" passou a ser usado para descrever a resistência dos escravos que fugiam da dominação colonial. No entanto, Carvalho e Lima (2013, p.331) demonstram que o conceito de Quilombo vai além da resistência e das fugas de escravos,

referindo-se também a uma forma de organização familiar que desafiava o sistema escravocrata, permitindo que seus membros produzissem de forma livre e autônoma.

Atualmente, segundo Schmitt, Turrati, Carvalho (2002, p. 4), adota-se um conceito mais moderno, “Remanescente de Quilombos” abrangendo elementos de identidades e território, acrescentando que, “Este sentimento de pertença a um grupo e a uma terra é uma forma de expressão da identidade étnica e da territorialidade, construídas sempre em relação aos outros grupos com os quais os Quilombolas se confrontam e se relacionam”.

Mesmo com a abolição da escravidão, sancionada por Lei em 1888, os povos Remanescente de Quilombos foram segregados, marginalizados e não receberam a devida atenção do poder público no que se refere a formulação e execução de políticas públicas direcionadas para o segmento social (Rê *et al.*, 2021).

No Brasil, ao longo da história, os povos Remanescentes de Quilombos não recebiam nenhuma visibilidade do poder público e não contaram com a proteção para preservação de seus valores, crenças, tradições e cultura (Fernandes, 2022). Foi somente a partir da Constituição Federal de 1988 que a situação começou a mudar, pois num processo de mobilização de grupos sociais ligados à luta dos afrodescendentes foi reconhecida no texto constitucional, no artigo 68: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.” (Brasil, 1988).

Posteriormente, outros direitos foram conquistados, com o Decreto n.º 4.887, de 20 de novembro de 2003. Neste dispositivo legal foram introduzidos alguns direitos, como garantir o processo de identificação, titulação, reconhecimento e a demarcação de terras, assim como assegurar melhorias no acesso à saúde, educação, saneamento e outros benefícios socioeconômicos fundamentais (Brasil, 2003).

Ao longo dos anos 2000, outras políticas foram criadas e aplicadas no Brasil, a partir da criação da Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PNPIR) em 2003, que tinha como objetivo reduzir as desigualdades racial por meio da execução de programas e projetos destinados a população negra, e também da criação da Secretaria Especial de Políticas e Promoção para a Igualdade Racial (SEPPIR) também em 2003, com o objetivo de coordenar políticas para proteção dos direitos dos indivíduos e grupos raciais e étnico. Posteriormente em 2015 se transformando na Ministério das Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos, deixando em desvantagens as lutas dos povos negros (Silva, 2018).

O Programa Brasil Quilombola de 2004, foi regulamentado pelo Decreto Federal n.º 6.261/2007, que instituiu a seguinte estrutura operacional:

Este trata de ações de um comitê gestor envolvendo 11 ministérios sob a coordenação da SEPIR. Este Programa tem 04 eixos temáticos: a) acesso à terra; b) infraestrutura e qualidade de vida; c) desenvolvimento local e inclusão produtiva; d) direitos e cidadania (Silva, 2018, p.122).

Posteriormente, o Decreto Federal n.º 6.040, de 2007, instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, que concretizava os direitos Quilombolas, em relação ao desenvolvimento sustentável, direitos territoriais, econômicos, culturais, sociais, ambientais e identidades. Ainda em 2007, foi criado o Programa de Aceleração do Crescimento Quilombola (PAC Quilombola) que buscava melhorar o acesso desses povos à saúde, educação, abastecimento de água, infraestrutura, edificação de estradas e regularização de terras (Silva, 2018, p. 122).

Ainda em 2007 foi publicada:

[...] a Portaria 98/2007 da Fundação Cultural Palmares, que regulamenta o procedimento de certificação das comunidades quilombolas. Além da Instrução Normativa 57/2009 do INCRA que, por sua vez, prevê o procedimento para identificação, delimitação, demarcação, de intrusão e titulação das terras quilombolas (Silva, 2018, p.122).

E por último, a Lei n.º 12.288/2010 que tem como pauta Estatuto da Igualdade Racial, que garante aos negros igualdade de oportunidades, direito os étnicos e combater discriminação e intolerância (Brasil, 2010).

Recentemente, após 14 anos de discussão pelo poder judicial, o Decreto nº 4.887/03 foi considerado constitucional pelo Supremo Tribunal de Justiça (STF), durante todos esses anos a Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos (CONAQ) realizou grandes mobilizações para que este decreto entrasse em pauta. Com isso:

Foram anos de tensão por causa da ação impetrada no Supremo. Essa ação desencadeou uma série de outras ações nos Tribunais Regionais país afora, o que afetava os processos de titulação de territórios quilombolas em curso pelo país. A CONAQ e seus parceiros intensificaram a mobilização em defesa do decreto 4.887/03 (CONAQ, 2023, n./p).

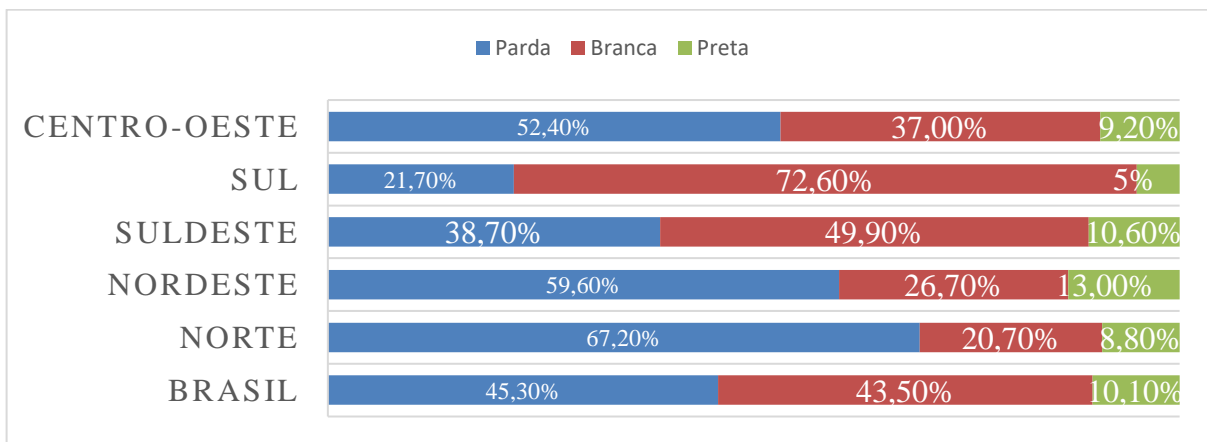
Por isso, destaca-se a importância da identificação e titulação de terras: “Trata-se, do direito constitucional fundamental, necessário para assegurar os modos de criar, fazer e viver dessas comunidades, conferir-lhes existência digna e efetivar um ideal de justiça, essencialmente ligado à igualdade” (Fernandes, 2022, p. 931).

2.2 Aspectos Sociais das CRQ

A população negra e parda vem aumentando nas últimas décadas, no último Censo Demográfico do IBGE de 2022, um total de 92,1 milhões de pessoas se declararam pardas, equivalente a 45,3% da população do país. Até a década de 1990, a população parda era bem abaixo da população branca, contudo, agora a população branca contabilizou 88,2 milhões, ficando abaixo da população parda e a população preta contabilizou 20,6 milhões. “Em relação a 2010, a população preta aumentou 42,3% e sua proporção no total da população subiu de 7,6% para 10,2%. A população parda cresceu 11,9% e sua proporção na população do país subiu de 43,1% para 45,3%” (IBGE, 2022).

A partir da década de 1990 a distribuição de cor da população modificou-se, tem aumentado a quantidade populacional de negros e pardos. O gráfico 1 demonstra a distribuição populacional por cor nas regiões brasileiras.

Gráfico 1 - Distribuição populacional por cor nas regiões brasileiras.



Fonte: IBGE (2022).

A maior concentração da população preta está no Nordeste, com 13,0%, seguido do Sudeste, com 10,6%, Centro-Oeste com 9,2%, Norte com 8,8% e Sul com 5,0%. Nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste a maior concentração populacional é parda 67,2%, 59,6% e 53,4% respectivamente, enquanto as regiões Sudeste e Sul a maior concentração por extrato é de brancos 72,6% e 49,9% respectivamente.

Segundo o IBGE (2022), a cor parda é predominante em mais de 50% dos municípios brasileiros e, dentre esses municípios, mais da metade estão no Nordeste. Vale destacar que:

De 2010 a 2022, a estrutura demográfica do país mudou, com o envelhecimento da população e o aumento da proporção de mulheres. Todos os grupos étnico-raciais apresentam um processo de envelhecimento, com diferentes ritmos, que se refletem na sua atual estrutura de sexo e idade. A população branca e a população parda são as que apresentam pirâmides etárias mais próximas da população residente no Brasil, mas com a população branca mais envelhecida e a parda mais jovem (IBGE, 2022, n./p).

Houve aumento das mulheres em toda população, inclusive a população branca apresenta maior percentual de mulheres, contudo mais envelhecidas, já a população preta apresenta uma maior proporção relativa de homens, de 20 a 64 anos, em relação a de mulheres pretas e em relação ao total da população. A população parda apresenta um pouco mais de crianças, jovens e adultos até 34 anos relação ao total da população (IBGE, 2022).

2.2.1 Saúde e Educação

As CRQ, em sua grande maioria, são geograficamente afastadas das cidades, aspecto que limita o acesso a saúde e educação. Muitas das CRQ não dispõem de assistência de saúde local e para todos os casos de necessidades precisam se deslocar para receber atendimento médico (Freitas *et al.*, 2011).

O Ministério da Saúde (2013) considera que, do total da população negra do Brasil, cerca de 46% vive em péssimas condições de saúde. Segundo Cardoso *et al.*, (2018), as comunidades também têm demonstrado maiores índices epidemiológicos, doenças crônicas e degenerativas como diabetes e hipertensão, mortalidade infantil e desnutrição.

Assim, salienta-se que:

Estas comunidades em sua maioria encontram-se em áreas rurais, possuem baixos níveis de escolaridade e renda com atividades econômicas predominando a agricultura de subsistência, pecuária e artesanato. Configuram-se assim como uma população altamente vulnerável o que reflete nos indicadores de saúde (Cardoso *et al.*, 2018, p. 939).

Em uma pesquisa realizada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2006), titulado de “Políticas Sociais e chamada nutricional Quilombola: Estudos Sobre Condições de vida nas Comunidades e situação nutricional das crianças”, dividida em 11 artigos, utilizou como amostra 60 CRQ entre 22 estados do país. A pesquisa apresentou resultados sobre condições de saúde, educação, renda, segurança alimentar, acesso a serviços sociais, programas sociais e outras questões. Essa pesquisa foi a primeira com diagnóstico nacional, elaborado pela SEPPPIR, sobre as condições de vida dos remanescentes de Quilombos.

Na saúde, foi constatado que essas CRQ tinham acesso a Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e pelo Programa Saúde da Família (PSF), 89% dos domicílios recebem visita de ACS e 66,1% são atendidos por equipes do PSF. Com isso, é observado que 33,9% das CRQ não recebiam atendimento pelo PSF, considerando que estas comunidades em sua maioria estão localizadas na zona rural e distante da zona urbana, esse número é elevado, já que só possuíam essas formas de atendimento (Chamada Nutricional Quilombola, 2006).

Apesar do avanço na educação, com a implantação de programas direcionados para as CRQ, segundo a Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio (PNAD), era alarmante o índice de analfabetismo, 24,81% da população Quilombola não sabia ler, e ainda existiam dificuldades na educação de jovens e adultos, inclusive para que concluíssem o Ensino Fundamental (Rede Brasil Atual, 2013).

Ministério da Educação (2018) mostrou que estudos feitos nas CRQ demonstraram que as escolas se encontram localizadas longe das residências dos estudantes e ainda pior as condições dessas unidades educativas são precárias. As estruturas das escolas são de pau a pique ou palha, também se encontra péssimas condições sanitárias e de água potável.

Desta forma, destaca-se que:

A maioria dos professores não é capacitada adequadamente e o número é insuficiente para atender à demanda. Em muitos casos, uma professora ministra aulas para turmas multisseriadas. Poucas comunidades têm unidade educacional com o ensino fundamental completo (Ministério de Educação, 2018, n./p).

O acesso aos serviços básicos é menos eficiente para esses povos da CRQ:

Os quilombolas têm menos acesso aos serviços básicos, como saneamento e energia elétrica, que o restante da população, segundo o relatório: 48,7% deles vivem em casas com piso de terra batida, 55,21% não têm água encanada, 33,06% não têm banheiro e 15,07% possui esgoto a céu aberto. Ao todo, 79,29% têm energia elétrica (Rede Brasil Atual, 2013, n. p).

Com isso, observa-se a necessidade de recursos específicos destinados à ampliação e melhoria na estrutura das escolas de CRQ, saneamento básico, capacitação dos professores, aquisição de materiais didáticos e outros benefícios, elevando assim a qualidade da educação das CRQ.

2.2.2 *Titulação de terras*

Mesmo com os avanços nos processos de titulação de terras, contido na Constituição Federal de 1988 (artigo 68), os povos Quilombolas ainda enfrentam muitos desafios para conquistar esses direitos. Para Almeida e Nascimento (2022, p.953), “o obstáculo central que impede o efetivo cumprimento do artigo 68 é que a regularização fundiária das comunidades negras se choca com a expansão do latifúndio dos grandes produtores rurais”. Isto por que as autoridades competentes optam por beneficiar o agronegócio, em detrimento ao cumprimento do preceito constitucional que dá direitos de acesso à terra para os Quilombolas (Almeida, Nascimento, 2022).

A pesquisa mais recente do IBGE (2022) incluiu, pela primeira vez, povos tradicionais como grupo étnico social. Nos resultados da pesquisa, foi constatado que a população Quilombola é de 1.327.802 pessoas, ou 0,65% do total de habitantes. Foi identificado também que o total de comunidades oficialmente regularizada entre os 24 Estados e o Distrito Federal é de 494, dentro dessas comunidades residiam 203.518 pessoas, sendo 167.202 quilombolas (82,16%) e 36.316 (21,72%) não Quilombolas. Os dados apontam que apenas 12,6% desses povos residem em territórios regularizados e 87,4% encontravam-se fora de áreas formalmente delimitadas e reconhecidas.

O IBGE (2022, n./p) concluiu que:

A população quilombola que reside em territórios titulados representa apenas 4,3% do total de quilombolas do país. Assim, 95,67% dessa população (ou 1.270.360 pessoas) não obtiveram os títulos definitivos de suas terras no processo formal de regularização fundiária.

O quadro identificado pelo IBGE (2022) sinaliza que o processo de regularização de uma terra Quilombola é burocrático e lento, pois requer ao menos cinco etapas: identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e, finalmente, a titulação das terras, com a ineficácia do Poder Público a esta situação o problema só tende a piorar (Almeida, Nascimento, 2022).

A titulação das terras é importante, pois:

A autodefinição de uma comunidade quilombola está diretamente ligada com a relação que esse grupo étnico possui com a terra, território, ancestralidade, tradições e práticas culturais. A importância da preservação desse patrimônio assegura a potencialização de sua capacidade autônoma, seu desenvolvimento econômico, etnodesenvolvimento e a garantia de seus direitos territoriais (FCP, 2012, n./p).

A autodefinição está ligada às terras e também praticas culturais e ancestralidades, por isso preservar a cultura e tradições é fundamental para o reconhecimento desses povos e para manutenção das relações sociais. Dessa forma, percebe-se que a cultura influencia na conduta coletiva e individual, além de manter a singularidades das CRQ (FCP, 2012).

2.2.3 Aspectos Culturais

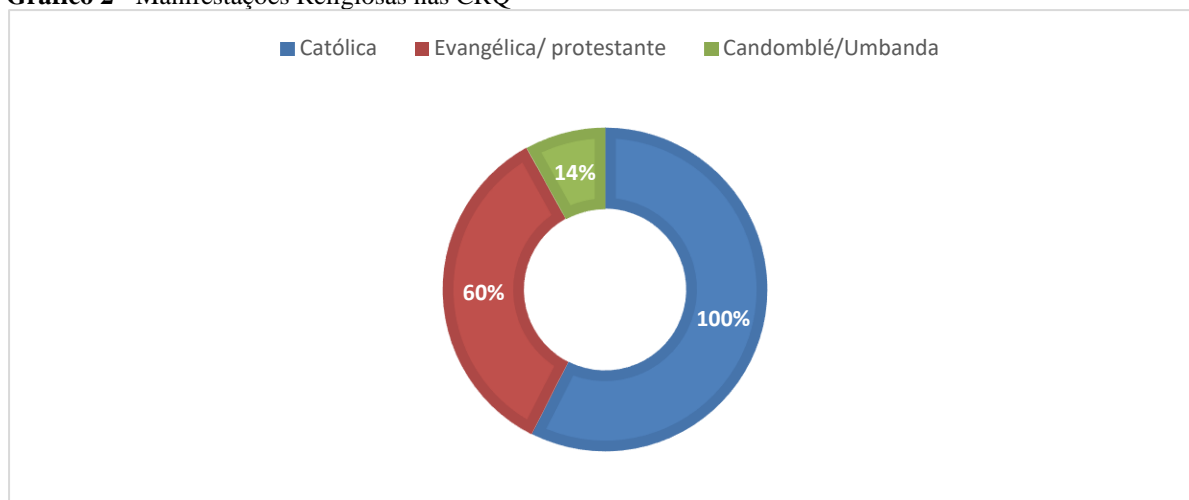
Mesmo com os avanços nas últimas décadas, as CRQ ainda possuem identidade de luta e resistência, antes diante do sistema escravista, atualmente para serem reconhecidos e conseguirem visibilidade enquanto grupo étnico social. Além disso, esses povos ainda resistem a não absorver a cultura homogênea do país: “A assunção de uma identidade permite ao indivíduo colocar-se de forma diferente perante a sociedade, individualmente ou como grupo” (Furtado, Pedroza e Alves, 2014, p. 112).

De acordo com o Decreto Federal n.º 6.040/2007:

O reconhecimento, a valorização e o respeito à diversidade socioambiental e cultural dos povos e comunidades tradicionais, levando-se em conta, dentre outros aspectos, os recortes etnia, raça, gênero, idade, religiosidade, ancestralidade, orientação sexual e atividades laborais, entre outros, bem como a relação desses em cada comunidade ou povo, de modo a não desrespeitar, subsumir ou negligenciar as diferenças dos mesmos grupos, comunidades ou povos ou, ainda, instaurar ou reforçar qualquer relação de desigualdade (BRASIL, 2007).

Dentre os aspectos que ilustram a diversidade existente, tem-se as confissões religiosas declaradas pelos habitantes das CRQ. Os habitantes declaram que são católicos, evangélicos/protestantes e de matriz africana, como candomblé e umbanda, sinalizando elementos do sincretismo religioso como um traço identitário das CRQ.

O gráfico 2 mostra a diversidade religiosa declarada por moradores de CRQ, em 2006 no estudo da chamada nutricional quilombola realizada em 60 comunidades de vários estados do país.

Gráfico 2 - Manifestações Religiosas nas CRQ

Fonte: Perfil da Comunidade – Chamada Nutricional Quilombola (2006). Elaboração da autora (2023).

Em 100% das CRQ estudadas era praticado o catolicismo. Já evangélicos/protestantes foram identificados em 60% e apenas 14% das CRQ pesquisadas foram identificadas práticas de religiões de matriz africana. É importante reconhecer que as religiões de matriz africana ainda são carregadas de estereótipos e o mais comum é que boa parte dos habitantes que se identificam como praticantes do catolicismo também frequentam terreiros (Chamada Nutricional Quilombola, 2006, p. 33).

Outras tradições ligadas ao catolicismo estão bastante presentes nessas CRQ, como o festejo com fogos de artifício em comemoração a festa de santos padroeiros, 93% dessas CRQ realizam essas práticas. Evidenciando como a religiosidade é importante para essas comunidades, por que é preservada até a atualidade e é uma forma de elo de ligação entre esse povos (Chamada Nutricional Quilombola, 2006, p. 33).

Sobre a religiosidade das CRQ pode-se afirmar que:

Os tambores, danças, colares e cantos de origem africana se agregam aos festejos, novenas e outras práticas católicas nas comunidades quilombolas. Com especificidades derivadas de lógicas e contextos locais, os ritos religiosos apresentam um sincretismo que funde catolicismo, religiões de matriz africana, religiões indígenas, dentre outras. Um dos exemplos desse sincretismo religioso é a ‘construção de relações entre os santos [católicos] e os deuses cultuados pelos africanos’ (Munanga, Gomes, 2006, p. 142 *apud* Chamada Nutricional Quilombola, 2006, p. 34).

Nas figuras 1A e 1B a seguir, são demonstradas duas manifestações religiosas presentes nas CRQ. Na primeira imagem, as danças de origem de matriz africana e na segunda imagem fogos de artifício de manifestações católicas citadas anteriormente.

Figura 1 - Manifestações religiosa de matriz africana e práticas católicas



Fonte: Instituto Cultura Ingá (2023).



Fonte: Tripadvisor (s./d.).

Outra manifestação cultural comum nas CRQ é a capoeira afro-brasileira (Figura 2), que é considerada de múltiplas facetas, pois é ligada a música, dança, luta e até religiosidade. “A capoeira foi inicialmente praticada nas senzalas em resistência aos sofrimentos da escravidão, e contra os açoites de feitores e de senhores de engenho. Consolidou-se como forma de luta pela busca da dignidade e da liberdade de um povo (Brustoli, Rêgo, 2017, p. 268).

Figura 2 - Capoeira Afro-Brasileira



Fonte: Centro de Assessoria do Assuruá -CAA (s./d).

O artesanato é uma atividade bastante desenvolvida nas CRQ, não só como preservação da cultura ancestral, mas, também fonte de renda, utilizando matérias-primas naturais

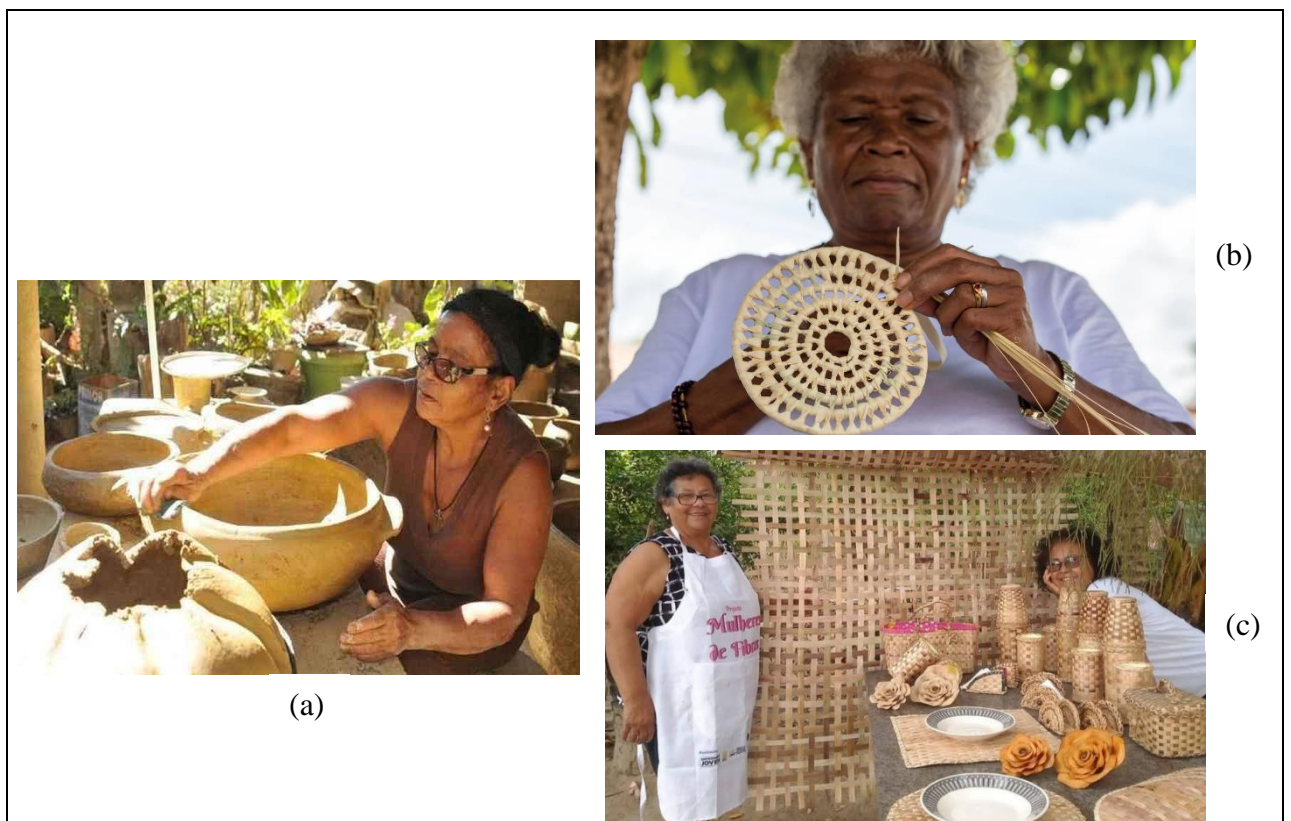
disponíveis no ambiente em que vivem. O SEBRAE (2022, n./p.), afirma que “o artesanato quilombola também tem propósitos ritualísticos, de resgate da memória e da cultura histórica das comunidades negras, para que as gerações mais jovens se reconheçam no coletivo onde estão inseridas.”

É crucial ressaltar a sobre o artesanato presente nas CRQ:

Nascido do trabalho dos negros que buscavam a liberdade fugindo das senzalas, o artesanato quilombola se destaca pelo uso de vários recursos naturais para a confecção de objetos e instrumentos de trabalho. Alguns desses materiais são a madeira, a taquara, a palha de milho, a fibra de bananeira, a canela e a piaçava. Esse artesanato é, então, o resultado de um rico repertório de bens culturais que expressam os modos quilombolas de fazer, sentir e se relacionar com a natureza e com a própria comunidade (SEBRAE, 2022, n./p.).

O artesanato Quilombola, como citado acima, apresenta uma diversificação de matérias primas, como também de produções e produtos finais, relacionado a disponibilidade dessas matérias primas em cada região. Na figura 3, observa-se algumas dessas variações artesanais em regiões e CRQ distintas.

Figura 3 - Variações artesanais nas CRQ



Fonte: (a) Site Estado de Minas Gerais (2021); (b) Revista Vida Simples (2023); (c) Jornal Século Diário (2021).

Na figura 3, observa-se três variações da produção artesanal quilombola em comunidades distintas. Uma delas é a produção de peças de argila ou barro apresentada na imagem (a), na CRQ de Pinhões, Santa Luzia, Minas Gerais. Na imagem (b) verifica-se a produção de peças de palha de Ouricuri, de utilização decorativas, em uma CRQ de Alagamar, Sergipe. Já na imagem (c) destaca-se a produção artesanal de peças de fibra de bananeira, declarada como a principal fonte de rendas para mulheres em CRQ da região de Sapê do Norte, Espírito Santo (Jornal Século Diário, 2021).

2.3 Aspectos Econômicos

Nas últimas décadas, a situação de pobreza e extrema pobreza existentes nas CRQ foram reduzidas, mas ainda existem muitas pessoas que se encontram nos níveis sociais de maior vulnerabilidade socioeconômica e que têm os programas de transferência de renda, principalmente o Programa Bolsa Família (PBF), como principal fonte de renda. Muitas famílias nas CRQ desenvolvem uma agricultura familiar descapitalizada e/ou de subsistência (Freitas *et al.*, 2011; FAPESP, 2016).

A baixa renda influencia em outros fatores, como a ausência de titulação de terras, que dificulta as políticas públicas de incentivo à agricultura familiar. Segundo relatório divulgado pelo Governo Federal, em 2013, após estudo do Programa Brasil Quilombola, das 80 mil famílias quilombolas do Cadastro Único registradas pelos Programas Sociais, 74,73% ainda viviam em situação de extrema pobreza (Rede Brasil Atual, 2013).

O cenário socioeconômico das CRQ, conforme Quadro 1, em dois momentos, 2013 e 2016, permite observar os avanços em algumas áreas, mas também evidenciar que as melhorias foram insuficientes.

Quadro 1 – Comunidades de Remanescentes Quilombolas (CRQ) no Brasil – Informações Socioeconômicas e Produtivas.

VARIÁVEIS	2013	2016
Famílias Quilombolas cadastradas no CADÚNICO	80 mil	145.381
Famílias Quilombolas beneficiárias do PBF	64 mil	116.305
% de Famílias Quilombolas beneficiários do PBF	79,78	75
% de Famílias Quilombolas em situação de extrema pobreza	74,73	69,8
% de Pessoas Quilombolas que se autodeclararam pretos ou pardos	92,1	-
% de Pessoas Quilombolas que não sabem ler	24,81	-

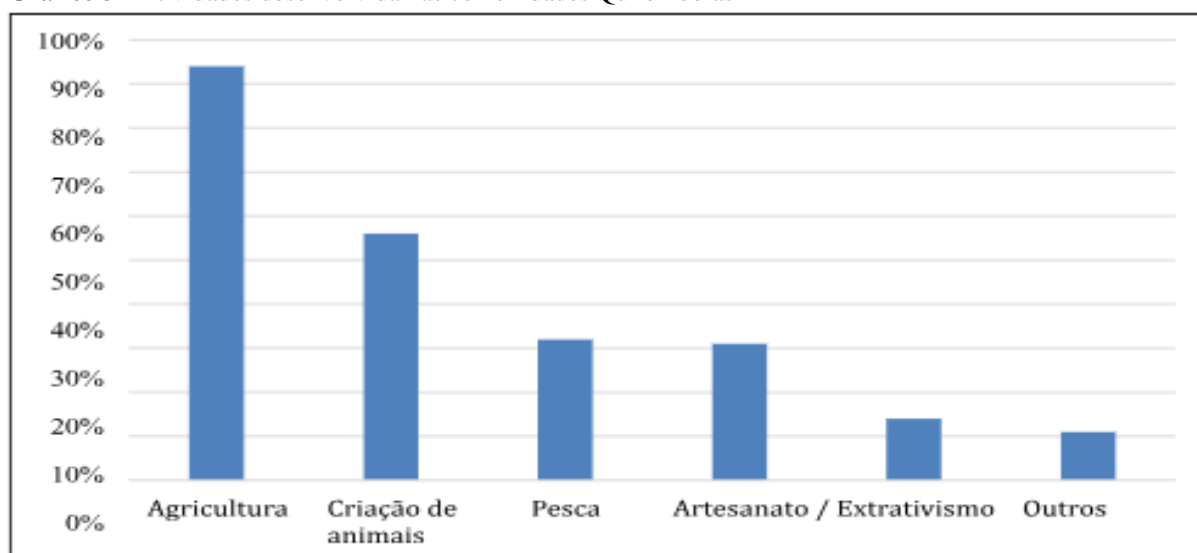
% de Pessoas Quilombolas que desenvolve atividades agrícolas, extrativismo ou pesca artesanal	82,2	75
% de famílias por faixa de renda - até R\$ 77,00	-	69,8
% de famílias por faixa de renda - de R\$ 78,00 a R\$ 140,00	-	7,3
% de famílias por faixa de renda – acima de R\$ 140,00	-	22,9
Renda média por pessoa das famílias quilombolas, segundo CADÚNICO (R\$)	-	127,58

Fonte: Brasil (2013, p. 16; 2016).

Apesar do número de famílias quilombolas beneficiadas pelo PBF ter aumentado, de 64 mil para 116.305, de 2013 a 2016, quase duplicando o número de beneficiados no período, verificou-se que, em 2016, 69,8% das famílias ainda tinham uma faixa de renda média por pessoa de apenas R\$ 127,58. Acrescente-se que as atividades desenvolvidas pelos quilombolas, como agricultura, extrativismo ou pesca artesanal diminuíram de 82,2% para 75%, de 2013 para 2016.

O gráfico 3 apresenta informações sobre as atividades produtivas desenvolvidas nas comunidades Quilombolas diagnosticadas na pesquisa da Chamada Nutricional Quilombola (2006).

Gráfico 3 - Atividades desenvolvida nas comunidades Quilombolas



Fonte: Perfil da Comunidade Chamada Nutricional Quilombola (2006).

Segundo a pesquisa da Chamada Nutricional Quilombola (2006), em relação às atividades econômicas e produtivas das CRQ, a agricultura era a principal fonte de renda, presente em 94% delas, grande parte da produção era para consumo das famílias, ou seja, subsistência, e uma pequena parte para comercializada, gerando uma pequena renda. Nas

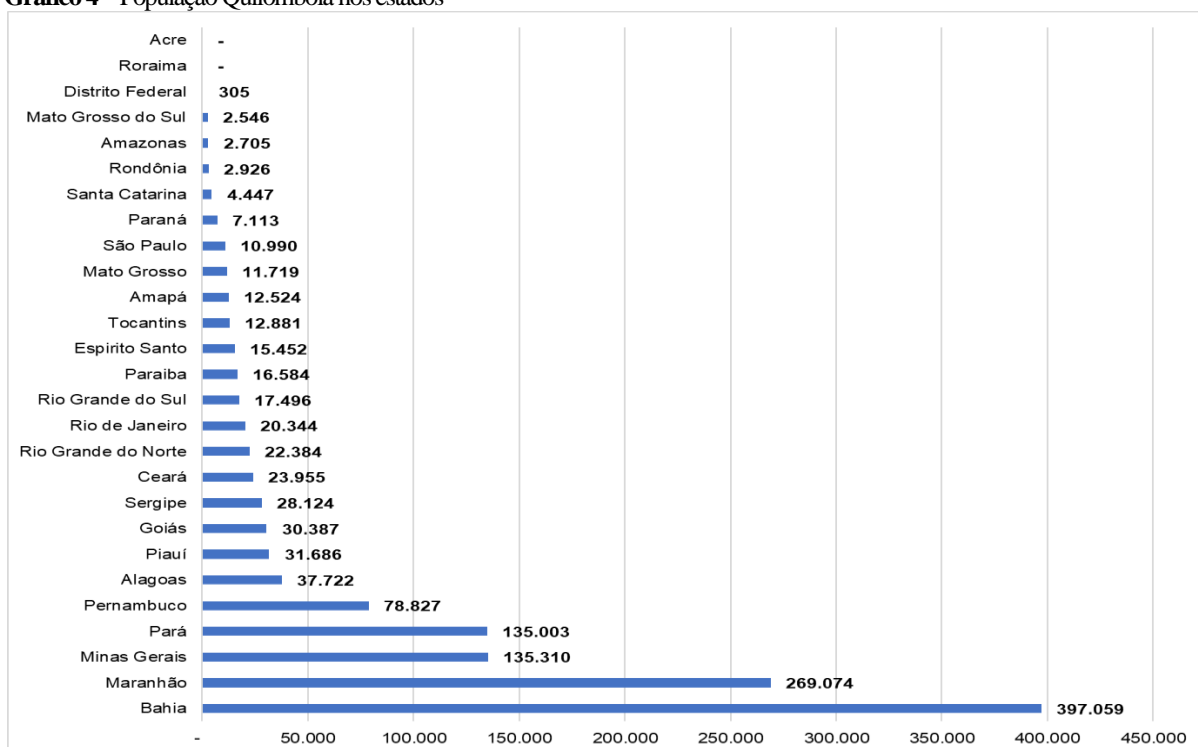
demais atividades encontradas, a criação de animais estava presente em 56% das CRQ seguido da pesca em 32%, o artesanato em 31%, o extrativismo em 14% e outras atividades com 11%.

3 CRQ DO NORDESTE

No Nordeste, a Bahia é o estado com maior número de quilombolas, 397.059 pessoas, ou 29,90% da população quilombola recenseada, em seguida vem o Maranhão com 269.074, sendo 20,26% dessa população, juntos esses dois estados somam 50,16 % (IBGE, 2022).

A seguir, o gráfico 4 demonstra a distribuição de pessoas que se identificam como Quilombolas por estado.

Gráfico 4 - População Quilombola nos estados



Fonte: IBGE (2022). Elaboração da autora (2023).

Existem 1.327.802 pessoas Quilombolas no Brasil. A maior concentração, 68,19%, ocorre em estados Nordestinos (905.059 pessoas). Com o maior número a Bahia (397.059), seguido do Maranhão (269.074) e em quinto lugar o Pernambuco (78.827). A região Sudeste possui 13,73% das pessoas Quilombolas, ressaltando Minas Gerais em terceiro lugar no ranking (135.310), e a região Norte segue com 12,51%, (166,069). É interessante ressaltar que os estados de Roraima e Acre não possuem nenhuma pessoa quilombola e a maior concentração da região está no Pará (135.033), em terceiro lugar no ranking. Considerando as demais: a região Centro-Oeste possui apenas 3,39% (44.957) da população, seguida da região Sul com apenas 2,19% (29.056).

Tabela 1 - Distribuição populacional nos estados brasileiros

Região	Quilombolas	%
Nordeste	905.415	68,19
Sudeste	182.305	14
Norte	166.069	12,51
Centro Oeste	44.957	3,39
Sul	29.056	2,19
Brasil	1.327.802	100

Fonte: IBGE 2022. Elaboração da autora

A tabela 1 mostra que o Nordeste é a região que concentra mais da metade da população quilombola, com 905.415 pessoas ou 68,19% do total. A região Sudeste concentra 14%, com 182.205 pessoas; a região Norte tem 12,51%, com 166.069 pessoas; a região Centro-Oeste tem 3,39%, com 44.957 pessoas e a região Sul concentra apenas 2.19%, com 29.056 pessoas.

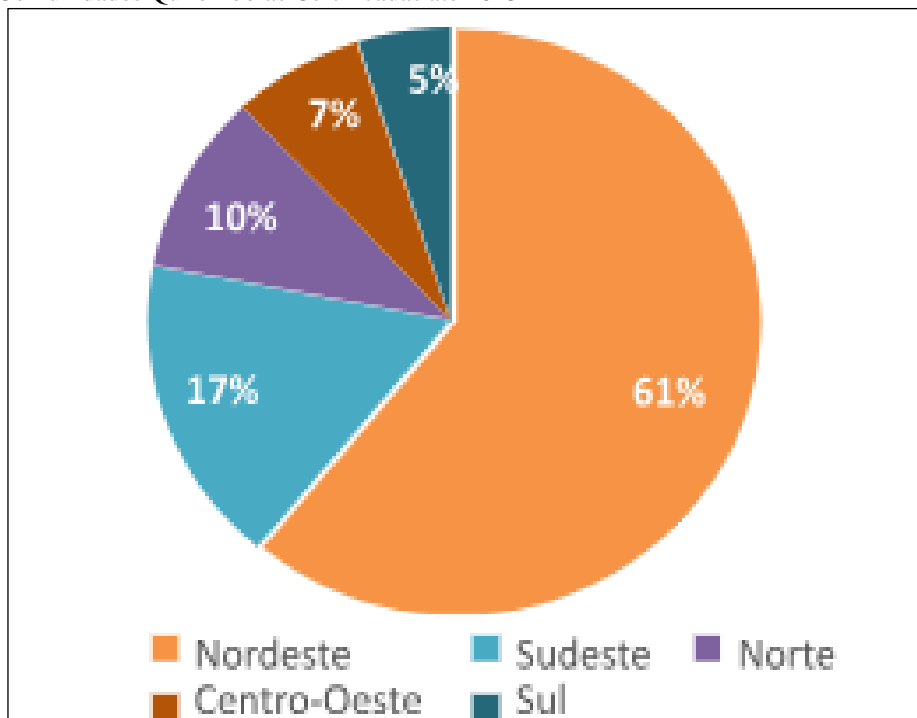
Na Bahia, apesar de existir cerca de 706 comunidades certificadas pela FCP, ainda se enfrentam problemas para a regularização territorial, uma vez que existem mais de 300 processos abertos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), dos quais, 34 já tiveram o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) publicados e estão mais próximos de obterem a regularização (CONAQ, s./d.).

Considerando isto, enfatiza-se que:

Diversas comunidades quilombolas ainda lutam pelo reconhecimento de suas terras, além disso, a dificuldade pelo reconhecimento de sua identidade quilombola e conseqüentemente de suas especificidades, enfatizam a resistência do preconceito e da discriminação racial direcionada a esta população (Fernandes, 2022, p. 35).

Observa-se que existem entraves burocráticos excessivos para as CRQ obterem as certificações.

O gráfico 5 apresenta o quadro geral de certificações no país, até o ano de 2023.

Gráfico 5 - Comunidades Quilombolas Certificadas até 2023

Fonte: Fundação Cultural Palmares (2023). Elaboração Própria (2023).

Na região Nordeste concentra-se o maior número de CRQ certificadas, com 1.765 comunidades certificadas, representando 61% do país. A região conta com 2.241 comunidades que se auto reconhecem, mas ainda não foram certificadas. A região Sudeste apresenta 492, ou 17% do total nacional de CRQ certificadas e conta com 589 comunidades que não foram certificadas; a região Norte conta com 302, ou 10% do total de CRQ certificadas e 371 comunidades que não foram certificadas; a região Sul conta com 191, ou 7% do total de CRQ certificadas e 193 comunidades que não foram certificadas; e o Centro Oeste conta com 151, ou 5% do total de CRQ certificadas e 169 comunidades que não foram certificadas (FCP, 2023).

As CRQ do Nordeste estão em luta contínua pelo reconhecimento e titulação das terras. No estado do Pernambuco (PE), em São Lourenço, a maior CRQ chamada Catucá, considerada mais importante para história do estado, sofreu várias tentativas de destruição e resistiu com intensas lutas a opressão das elites escravistas ligada as oligarquias políticas e sociais da região. A CRQ, desde sua origem, passou por várias tentativas de dispersão e destruição, sendo que em uma dessas vezes resistiu menos de 10 pessoas. Outra CRQ de Pernambuco, também em São Lourenço, deparou-se com um problema parecido, devido à expansão canavieira nos arredores de seu território, o que resultou em disputas com os usineiros e maior dificuldade para reconhecimento da CRQ (Oliveira, 2023).

Em relação a caracterização socioeconômica, algumas CRQ nos estados do Nordeste ainda enfrentam o problema da insegurança alimentar. Uma pesquisa realizada na Bahia, com 459 famílias, sendo 202 quilombolas (44%) e 257 não quilombolas (56%) de uma mesma área rural, constatou que o nível de insegurança alimentar era maior nas famílias Quilombolas, entre outros fatores como negligência na saúde, problemas com titulação de terras e etc. (Silva *et al.*, 2017).

No estado do Sergipe, a realidade não se mostra muito diferente, as famílias também se encontram em situações de vulnerabilidade socioeconômica, principalmente na renda:

A vulnerabilidade socioeconômica em que vivem as comunidades quilombolas em Sergipe, assim como nos demais estados do Brasil, é uma realidade. Das 4.196 famílias cadastradas no INCRA, 3.053 (72,8%) dependem de programas de assistência (Bolsa Família) para o complemento da renda familiares 71,9% (3.017 famílias) desse público estão classificados na faixa de renda de “extrema pobreza” (Cadúnico, 2020, *apud* Feitosa *et al.*, 2021, p. 92).

Um estudo realizado por Mussi *et al.* (2023), em CRQ da Bahia, na área da saúde, constatou que todas tinham dificuldade no acesso aos serviços básicos de saúde ou alguma restrição. A maioria não dispunha de uma unidade básica de saúde, exceto uma que tinha uma estrutura para atendimentos, porém, o local estava inativo devido os equipamentos não apresentarem condições de uso e as pessoas estavam a muito tempo sem receber atendimentos. Contudo, a grande maioria das CRQ recebia atendimento de Agentes Comunitários de Saúde (ACS). Concluiu-se que em Guanambi/BA, em destaque as CRQ rurais certificadas, apresentaram o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) variando de baixo (0,562) à médio (0,673). Quando há distância das comunidades até as unidades de saúde, dificulta-se o acesso a esse serviço, tornando-se mais provável a presença de doenças, aspecto que pode impactar negativamente o IDH.

No Maranhão, três CRQ de Caxias foram pesquisadas sobre as condições socioeconômicas existentes e o resultado encontrado foi que: em relação a renda, 72,70% das pessoas estão em situação de extrema pobreza, e 80,30% recebem auxílio do governo, Bolsa Família. Ainda foi diagnosticado que as condições sanitárias e estruturais não eram adequadas, 93,40% vive em áreas rurais e 94,60% não tem calçamento em frente a suas casas, 45,6% vivem em casas de taipa e 53,55% em casa de piso de cimento, 63,70% das casas não possuíam banheiro e 63,28% das pessoas entrevistadas não responderam quando perguntado sobre escoamento sanitário (Lima, Melo, Barbosa, 2021).

É fundamental adicionar que:

A maioria das casas (54,34%) é abastecida através da rede de água geral de distribuição fornecida pela prefeitura municipal; o lixo, em grande parte (91,15%), é enterrado ou queimado. Em sentido amplo, identifica-se que as condições de saneamento se mostraram deficientes, inexistiam serviços públicos de tratamento da água e as condições de habitabilidade eram inadequadas do ponto de vista de infraestrutura mínima necessária (Lima, Melo, Barbosa, 2021, p. 7).

No quesito educação, no Maranhão, foi encontrado entre as pessoas das CRQ, alto índice de adultos analfabetos, e mesmo aqueles que possui nível de escolaridade baixo, podem ser considerados analfabetos funcionais, ou seja apresentava dificuldade de interpretação de leituras. Existe também a dificuldade de manter as crianças na escola, além de difícil acesso à escola, baixo nível de ensino e não se tem profissionais qualificados para lecionar disciplinas específicas, além disso, os materiais didáticos não eram adequados as suas culturas e etnias (Silva, Ferreira, Rodrigues, 2016).

3.1 CRQ do Rio Grande do Norte: tradições culturais e traços característicos

As CRQ do Rio Grande do Norte não se apresentam muito diferentes, pois enfrentam problemas com titulação de terras. Segundo Pereira e Oliveira (2019), a disparidade entre processos abertos pelo INCRA, 23, e processos em andamento, 20, se dá devido à falta de recursos financeiros para prosseguimento do processo de mapeamento, como para avaliação de processos, mapeamento de territórios e visitas técnicas, além de dificuldades para elaboração do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), por perda de documentação histórica que comprove a formação do território das comunidades.

Segundo Oliveira Júnior (2021), as CRQ do Rio Grande do Norte vêm sofrendo racismo ambiental e racismo institucional, isto porque, essas comunidades já perderam ou vem perdendo territórios, seja por expansão de agronegócio, pelo turismo e pelo uso inadequado das terras para crimes ambientais, caracterizando o racismo ambiental. E crimes institucionais, demonstrado pela falta de políticas efetivas e significativas para o desenvolvimento socioeconômico desses povos, além da falta de ações de organização das próprias CRQ, isto por que essas atividades de militância necessitam de tempo e dinheiro, coisa que a maioria dessas CRQ de baixa renda não tem.

Ainda segundo Andrade Júnior (2021), o conhecimento sobre a importância do ambiente e território dessas CRQ ainda é insuficiente, aspecto que, segundo o autor, favorece a negação da relevância das CRQ e alimenta disputas por esses territórios. Assim, minimiza-se o valor da identidade cultural das CRQ para sustentação de interesses externos sobre as terras e/ou para fomentar visões estereotipadas, preconceituosas, racistas etc. acerca dos habitantes desses territórios.

As consequências do racismo institucional são diversas, contudo, Anunciação, Trad, Ferreira (2020) *apud* Monteiro (2022, p. 24-25) destacam que:

Muitas vezes, observa-se as consequências desse fenômeno quando se considera que, no Brasil, a taxa de analfabetismo entre a população negra é maior do que a existente entre os brancos. Ademais, são os jovens negros que lideram o ranking dos que vivem em famílias consideradas pobres, bem como são também maioria entre os desempregados, analfabetos, evadidos do sistema educacional, principais vítimas da violência urbana, principais alvos dos homicidas e da violência policial.

Oliveira *et al.*, (2016) realizou um diagnóstico situacional, traçando um perfil socioeconômico na CRQ Negros do Riacho no município de Currais Novo/RN, concluiu que, no que diz respeito a renda, 56% das pessoas entrevistadas estavam desempregadas e tinham como sustento principal o Programa Bolsa Família; e 50% delas desenvolvia atividades econômicas complementares de renda, como exploração de lenha e produção de carvão (62%); criação de animais (50%), agricultura (21%); artesanato com barro (12%). Todos possuem abastecimento de água seja por encanação de rede pública ou de poços abastecida por carro pipa, porém apenas 19% das pessoas tinham acesso a água tratada.

Foi constatado também que a comunidade não tem serviço de coleta de lixo, 56% do lixo é queimado e 44% é descartado no meio ambiente. Na situação nutricional, as pessoas informaram consumir carne branca e vermelha apenas 2 vezes na semana, e 46% das pessoas alegaram não ingerir leite, contudo 87% consome suco ou frutas duas vezes na semana. A CRQ também não possui uma unidade básica de saúde, com isso, percebe-se a necessidade de intervenção pública nesta comunidade, que aparenta vulnerabilidade e vários aspectos sociais (Oliveira *et al.*, 2016).

Araújo (2017) encontrou outro problema na comunidade Negros do Riacho, a insegurança alimentar, com uma pesquisa realizada, com ênfase no consumo alimentar de estudantes, encontrou-se os seguintes resultados: o consumo nutricional diário das crianças e adolescentes estudadas é baixo, 38% dessas pessoas estavam em déficit energético. Além disso,

a alimentação escolar é a fonte principal de alimentos dessas pessoas, uma vez que a maior parte da alimentação delas é na escola, por isso esses estudantes possuem acesso a merenda em dois turnos.

Os Negros do Riacho, em Currais Novos/RN, têm como símbolo da comunidade o artesanato, principalmente de louças de barro. O artesanato faz parte da trajetória dessa CRQ e contribuiu para a formação da integração social, mesmo que essa atividade tenha decaído nos últimos tempos. A comunidade é reconhecida através da enorme panela de barro (figura 4), que é marca da comunidade e representa sua cultura (Silva, 2016).

Figura 4 - Enorme panela de barro da comunidade Negros do Riacho



Fonte: Blog Cosmogonia (2011).

A religião predominante na CRQ Negros do Riacho é a católica e alguns membros praticam a evangélica, contudo, moradores afirmam que algumas pessoas praticam religiões de origem de matriz africana, mas, por medo da aversão e preconceito não se declaram praticantes. Outra prática cultural comum na comunidade é o uso medicinal de plantas para tratar problemas de saúde: “[...] muitos se valem dessas plantas medicinais, extraem substâncias para fazer banhos, xaropes, chás e garrafadas e, por conseguinte, acabam que culturalmente, passem seus ensinamentos de gerações em gerações” (Silva, 2016, p. 15).

Em Portalegre/RN, na CRQ do Sobrado, os representantes da comunidade explicam que a grande maioria das famílias tem como fonte de renda o Programa Bolsa Família, e outras contam com aposentadorias, trabalhos temporários e com uma fraca comercialização de produtos agrícolas de pequenas safras, isto porque o que essas pessoas produzem é mais

utilizado para subsistência e sobra pouco excedente. Existem famílias ainda em situação de pobreza que sobreviviam com R\$ 200,00 por mês, e caridades de outras famílias (Assis, Baldauf, Silva, 2019).

Assis, Baldauf e Silva (2019) ainda especificam que a ausência de políticas públicas na comunidade, vem sendo o principal motivo para o êxodo rural, uma vez que as famílias migram para a cidade em busca de emprego e melhores condições de vida. Assim, verifica-se a necessidade de políticas públicas, conforme Souza e Costa (2022, p. 19): “As políticas públicas operam como campo e medida para combater as privações sociais, sejam através das reparações históricas, ou através de políticas que apontem para distribuição e redistribuição de renda, de terras, entre outros quesitos”.

A CRQ de Aroeira, localizada em Pedro Avelino/RN, região central do Rio Grande do Norte, encontra-se em uma realidade social delicada, uma vez que o município de sua localização está no ranking de mais pobres do país, apresenta uma mortalidade infantil de 16,39 óbitos por mil nascidos, e Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) de 0,583. Essa CRQ perdeu parte de seu território para ocupação de fazendeiros e ainda se depara, em seu dia a dia, com o racismo e discriminação (Souza, Costa, 2022, p. 22).

Os membros dessa comunidade são, em grande maioria, adultos e idosos analfabetos, os jovens presentes possuem maior nível de alfabetização, porém nenhum chegou ao nível superior. Acrescenta-se ainda que: “A completa ou parcial ausência de água potável para consumo humano e produção animal e vegetal é um dos pontos de maior atenção e interesse da comunidade” (Souza, Costa, 2022, p.22).

A cultura sempre foi característica da identidade das CRQ, principalmente de origem de matriz africana, pois o componente cultural mantém as relações sociais desses povos. As CRQ do Pêga e Arrojado, em Portalegre/RN, têm como principal manifestação cultural uma dança que foi herdada, desde o período colonial, e está presente em muitas outras CRQ, a dança de São Gonçalo (figura 5), em homenagem ao santo da tradição católica. As festas e celebrações católicas são presente nas duas CRQ, pois durante todo o ano ocorrem rituais católicos, como festas de santos padroeiros, missas, novenas etc. Por outro lado, a pesquisa de campo mostrou que existiam poucos elementos de manifestações de matriz africana, porém com presença de curandeiros, rezadeiras e o batuque (Pereira, 2014).

Na figura 5, a seguir, ilustra-se integrantes da CRQ do Pêga, em Portalegre/RN em uma apresentação cultural, praticando a dança de São Gonçalo como forma de reavivar a tradição.

Figura 5 - Dança de São Gonçalo em comunidades de Portalegre/RN



Fonte: Prefeitura de Portalegre/RN (2020).

Na CRQ de Capoeiras, em Macaíba Rio Grande do Norte, tem como característica uma manifestação cultural originária de Matriz Africana bastante peculiar, chamado de Pau Furado, conforme figura 6 (Cunha, 2018).

Figura 6- Dança Pau Furado na CRQ Capoeira - Macaíba/RN



Fonte: Jornal O Solar (2017).

A manifestação cultural consiste em uma dança e usa um instrumento percussivo feito com um tronco de árvore, que quando tocado produz o som de atabaque para embalar a dança

de cruzar e descruzar das pernas e o movimento da umbigada. Na comunidade também é praticado a capoeira e o maculelê (Cunha, 2018).

Na CRQ do sítio Sobrado, no município de Portalegre/RN, um estudo realizado com 15 chefes de família beneficiários do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), demonstrou que em relação ao nível educacional, 8 dos entrevistados declaram não ter concluído o ensino fundamental, apenas um concluiu o ensino fundamental e 6 terminaram o ensino médio. Em relação as condições de moradia e sanitária, todos os entrevistados afirmaram ter banheiro em suas residências, assim como dispõem de rede de energia elétrica, 14 deles água tratada, todos possuem telefone e 11 deles possuíam transporte motorizado. A renda nessa CRQ é baseada no cultivo de cajueiros em quase todas as famílias, programa de transferência de renda Bolsa Família e aposentadoria, além de atividades não agrícolas (Barreto, Oliveira, 2016).

4 RELAÇÃO ENTRE COR E POBREZA

A Declaração das Nações Unidas sobre Direitos Humanos, de 1948, em seu Art. 1º, expressa que nenhum indivíduo, grupo de pessoas ou instituições devem ser discriminados em razão de cor ou origem étnica, sendo esta ação considerada uma violação aos Direitos Humanos e Liberdades fundamentais (Organização das Nações Unidas, 1963).

O Art. 3º especifica que: “Esforços especiais devem ser feitos para evitar a discriminação baseada na cor ou origem étnica, nomeadamente nos domínios dos direitos civis, o acesso à cidadania, educação, religião, emprego, ocupação e habitação” (Organização das Nações Unidas, 1963).

Segundo Silva (2018), mesmo após a abolição da escravidão, foi na crença de superioridade de cor que alguns autores se apoiaram para culpar os próprios negros pela situação em que se encontravam, passando de uma época de trabalho físico forçado para pobreza, estratificação e afastamentos de zonas centrais. A existência deste preconceito que leva a discriminação até os dias de hoje, exerce influência em muitos setores sociais, um deles é o mercado de trabalho.

De acordo com Cacciamali e Hirata (2005) pessoas com atributos iguais, com distinção apenas da cor ou gênero, em meio ao mercado de trabalho, recebem uma valorização diferente tanto na admissão por empregadores, melhores postos de trabalho e remuneração.

Cacciamali e Hirata (2005) estudaram a renda média e mediana segundo cor, nos estados da Bahia e São Paulo em 2002. A pesquisa constatou que a população branca da Bahia apresenta renda média e mediana maiores que pardos e negros; já em São Paulo os homens apresentam maiores níveis de renda que a mulheres. Em todas as áreas a mulher negra fica em níveis bem abaixo que os demais grupos.

Os estudos sugerem que existe uma relação entre pobreza e cor, pois no nível de pobreza é maior a representatividade de pardos e negros, como na proporção de pobres dentro de cada grupo racial. Para Lima (2012, p. 236): “No que diz respeito à relação entre raça e situações de pobreza, ela pode ser entendida a partir de duas perspectivas. Uma é a maneira como os estudos sobre raça tratam a questão da pobreza; outra, como os estudos sobre pobreza lidam com a variável raça.”. Isto porque em estudos sobre desigualdades raciais, há destaque para a representação da população negra entre os pobres, como a maior representação dos pobres dentro de cada grupo social, concluindo assim que, há mais negros em situação de pobreza assim como há mais pobres no grupo de negros do que na de brancos.

Para Aguiar (2007, p. 84), “[...] a raça funciona como um mecanismo adscritivo de criação de desvantagens no acesso ao mercado de trabalho e outros setores da vida social”. Aguiar (2007) acrescenta que o motivo dos quilombolas estarem em situação de pobreza tem mais a haver com herança do passado de escravidão do que mesmo devido ao preconceito e discriminação. Afirma ainda que, no Brasil, a pobreza tem cor e com isso, a cor é um conceito essencial para determinar hierarquias sociais. No que se refere a mulher negra do Brasil, principalmente, considera que é discriminada duas vezes: por ser mulher e por negra. Ademais, nos meios de comunicação, a mulher negra foi atrelada a estigmas sociais, pois os padrões estéticos atuais, o belo está ligado a pele branca, olhos azuis, cabelos lisos. Em novelas, filmes e programas a protagonista é sempre mulher branca, enquanto a mulher negra é exposta somente como empregada doméstica, ajudantes, criadas e muitas vezes como pobre, e a maioria das pessoas acham normal.

Por conseguinte, destaca a seguinte questão:

Este tipo de preconceito estabeleceria uma gradação de cores, do mais escuro ao branco. Quanto mais próximo da cor branca maiores às probabilidades de uma pessoa ascender socialmente. Um preconceito mais assimilacionista criando dificuldade para percepção do racismo e dificultando a criação de uma identidade negra forte diferente do padrão norteamericano. Nos Estados Unidos a origem da pessoa é que define sua condição racial (Aguiar, 2007, p. 88).

Neste sentido, o enfrentamento das desigualdades sociais não deve ser visto como missão e com ações a serem implementadas apenas por ações governamentais, ademais, deve-se adotar políticas setoriais com o objetivo de eliminar a discriminação, pois: “O reconhecimento da desigualdade racial e da necessidade de seu enfrentamento, assim como da eliminação do preconceito e da discriminação raciais pressupõe o reconhecimento de que esse problema perpassa os mais diferentes espaços da vida social” (Oliveira Júnior, 2020, p. 68).

Saliente-se que a discriminação pode despertar nas CRQ um sentimento de inferioridade e desligamento com suas culturas. E o problema se agrava porque os jovens não têm muito conhecimento sobre seus antepassados e suas histórias, o que contribui para desconstrução de suas identidades enquanto CRQ. A discriminação leva muitas pessoas a renegarem ou encobrir sua identidade como Quilombola, e por outro lado contribui para enfraquecer a articulação da identidade dessas CRQ (Oliveira Júnior, 2020)

Para Anjos (2003), a relação entre cor e pobreza se liga a fatores estruturais, sendo que um dos mais impactantes é o componente educacional, pois afeta o engajamento no mercado

de trabalho, geralmente levando as pessoas com baixa qualificação para ocupações de piores posições.

A relação entre níveis de escolaridade e gênero e cor é apresentada na tabela 2.

Tabela 2 - Comparativo das médias de escolaridade (anos de estudo) entre os gêneros e por cor para o rural, urbano e total, e também para os domicílios que recebem até US\$1,00 *per capita*/dia.

	Masculino	Feminino	Branco	Negro
Todos	6,6	6,8	6,9	5,3
Rural	4,7	5,0	5,0	4,0
Urbano	7,0	7,1	7,3	5,4
Todos até US\$1,00/Dia	4,2	4,6	4,5	4,0
Rural até US\$1,00/Dia	4,1	4,2	4,2	3,9
Urbano até US\$ 1,00/Dia	4,3	4,7	4,7	4,1

Fonte: (Anjos, 2003, p. 204).

A pesquisa elaborada por Anjo (2003), com base em dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2000, demonstra que a escolaridade média no rural é inferior ao urbano e menor ainda dos negros em relação aos brancos. Mesmo quando brancos e negros se situam no mesmo nível de renda, verifica-se que os negros apresentavam menor nível de escolaridade. No meio urbano os brancos têm em média um ano a mais de escolaridade que os negros, tornando a diferença maior que no meio rural.

Na tabela 2 percebe-se que os negros apresentam menores níveis de escolaridade, tanto na zona rural, quanto na zona urbana, assim como também no comparativo em domicílios que recebem até US\$1,00 *per capita*/dia. Verifica-se que tanto na zona rural, como urbana, os negros apresentam menos anos de estudos dos que os demais estratos.

Contudo, o fator educacional não é o único gerador de desigualdade de renda entre brancos e negros, pois com os dados obtidos na PNAD (2000), mesmo quando negros e brancos estão no mesmo nível de escolaridade ainda ocorrem desigualdades de rendimentos. Isto pode ser justificado pelo fato de que as pessoas negras não têm acesso a rede de pessoas que possam lhe proporcionar ou contribuir para conseguir melhores oportunidades de emprego, ou pode estar associado a subutilização da mão de obra negra, mesmo que qualificada pela discriminação e também pela sub remuneração pelo mesmo motivo (Anjos, 2003).

A discriminação se manifesta por ausência de serviços básicos para os povos negros, afetando muitas áreas de suas vidas, ressaltando a vulnerabilidade na saúde e a doenças. Além da dificuldade de acesso aos serviços básicos de saúde dentro das CRQ, tem-se que apresentam maior incidência de algumas doenças, como a doença falciforme e a hipertensão arterial,

doenças crônico-degenerativas, infecções e surtos de diarreia e doenças dermatológicas causadas pela falta de água tratada e condições sanitárias inadequadas (Freitas *et al.*, 2011).

Recentemente, houve o agravamento das condições de acesso aos serviços de saúde verificadas nas CRQ, a partir da pandemia da COVID-19, por meio do isolamento, dificultou cada vez mais o acesso aos serviços básicos, estratégia de saúde familiar e acelerou a rotatividade de profissionais de saúde. Houve também abandono, por parte do Poder Público, das comunidades no período, aspecto que, provavelmente, elevou o número de casos e óbitos registrados (Arutti *et al.*, 2021 *Apud* Castro, Silva, Pereira, 2023, p. 63).

Desta forma, pode-se complementar que:

Especialmente durante a Pandemia da COVID-19, como é de se esperar em momentos de crise, as consequências nefastas das questões raciais ficaram ainda mais escancaradas quando percebemos um aumento significativo de mortes nas comunidades quilombolas brasileiras quando comparadas com o público em geral. Números mostram, objetivamente, que esta pandemia atingiu mais negros do que brancos e tal recorte não é obra do mero acaso (Castro, Silva, Pereira, 2023, p. 64).

Acrescenta-se ainda que a discriminação tem múltiplas facetas e muitas consequências, por isso tem sido um fator a ser considerado como empecilho ao acesso a saúde, e serve como evidência da exclusão praticada pelo Estado Brasileiro (Castro, Silva, Pereira, 2023).

A prática pode ser demonstrada da seguinte forma:

O isolamento geográfico, os horários de atendimentos, as longas filas e o tempo de espera têm sido apontados como fatores que explicam, pelo menos parcialmente, a menor prevalência de utilização de serviços de saúde. Igualmente, os problemas enfrentados para o funcionamento do PSF nessas comunidades, como a alta rotatividade dos profissionais de nível superior em regiões rurais e a precária infraestrutura para a realização dos atendimentos, o preconceito e atendimento desumanizado por parte dos profissionais de saúde, podem constituir barreiras ao acesso e uso dos serviços de saúde por esse grupo populacional (Gomes *et al.*, 2013, p. 1837 *Apud* Castro, Silva, Pereira, 2023, p. 62).

A discriminação afeta de diversas formas os povos negros, incluindo a variável renda. Mariano e Carloto (2013) realizaram um estudo nas cidades de Londrina/PR e Uberlândia/MG, utilizando como amostra mulheres brancas e mulheres negras (pretas e pardas), que são beneficiárias do Programa Bolsa Família, e analisaram se efeitos do PBF são mesmo potencializados, no sentido de contribuir para maior autonomia das mulheres titulares do benefício, principalmente as mulheres negras que são mais vulneráveis. Com isso, a partir de

informações das mulheres cadastradas nos dois municípios obteve-se informações sobre o nível de renda familiar das mulheres.

A discrepância na renda entre mulheres negra e brancas foi uma das formas evidentes de discriminação. O quadro 2 apresenta uma síntese dos principais resultados da pesquisa.

Quadro 2 - Renda familiar segundo cor das respondentes – Londrina/PR e Uberlândia/MG

Renda Familiar	Total		Mulheres Negras		Mulheres Brancas	
	N	%	N	%	N	%
ATÉ ½ S.M	26	25,5	21	29,2	5	16,7
MAIS ½ ATÉ 1 S.M	42	41,2	32	44,4	10	33,3
MAIS 1 ATÉ 2 S.M	31	30,4	17	23,6	14	46,7
MAIS 2 ATÉ 3 S.M	2	2,0	1	1,4	1	3,3
MAIS 3 ATÉ 5 S.M	1	1,0	1	1,4	0	0
TOTAL	102	100	72	100	30	100

Fonte: Mariano e Carloto (2013, p. 400). Legenda: S.M - Salário Mínimo.

No quadro 2, observa-se que a mulher negra, mesmo inserida no PBF, com renda familiar até meio salário mínimo, apresenta percentual maior (29,2%) do que de mulheres brancas (16,7%). No nível de renda acima de meio salário mínimo até 1 salário mínimo, tem-se um percentual maior de mulheres negras (44,4%) do que mulheres brancas (33,3%). No nível de renda de mais 1 de um salário mínimo até dois salários mínimos, têm-se quase o dobro de mulheres brancas (46,7%) do que mulheres negras (23,6%).

Dessa maneira, verifica-se que no nível de renda maior que um salário mínimo, tem-se um percentual maior de mulheres brancas, demonstrando que se encontram em patamares diferentes de renda, com as mulheres negras em desvantagem (Mariano, Carloto, 2013).

5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E IDENTIFICAÇÃO DA ÁREA PESQUISADA

5.1 Procedimentos Metodológicos

Para a concretização do trabalho foi realizada uma pesquisa bibliográfica, levantamento documental e pesquisa de campo para a coleta de informações e dados relativos à realidade socioeconômica. No estudo socioeconômico realizado sobre a CRQ Sítio Comum, em Cel. João Pessoa/RN foi aplicado formulário para o (a) chefe de cada família ou cônjuge. No total, foram aplicados 57 formulários, correspondendo a 60,6% do total de famílias identificadas na CRQ, numa pesquisa de campo preliminar para reconhecimento da área de pesquisa e do número de famílias existentes. Salienta-se que houve algumas negações para participar da pesquisa, assim como dificuldade de disponibilidade de alguns chefes de famílias que não se encontravam na comunidade.

Para fazer a caracterização socioeconômica foram utilizados dados primários, mediante a utilização de formulários, que foram aplicados junto aos/as moradores/moradoras da CRQ pela própria pesquisadora, buscando dados e informações sobre: as principais atividades produtivas, as fontes de rendas (produção agropecuária, atividade de artesanato, comercial etc.; programas sociais, aposentadorias e outras rendas), características demográficas e socioculturais, condições de vida e patrimonial, elementos de tradição afro-brasileira, dentre outros fatores.

A forma de abordagem se enquadra como uma pesquisa quanti-qualitativo. Para Galvão (2018, p. 8), a pesquisa qualitativa busca fornecer uma descrição de um determinado fenômeno de forma detalhada; já na pesquisa quantitativa se faz uso de dados estatísticos e numéricos. Dessa forma, usando-se um misto, pode-se generalizar os resultados qualitativos e obter uma melhor compreensão dos dados pelo aspecto quantitativo.

A pesquisa teve caráter exploratório e descritivo. Em relação a pesquisa exploratória, segundo Gil (2007 *Apud* Gerhardt, Silveira, 2009, p. 35): “Este tipo de pesquisa tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses.” De acordo com Triviños (1987 *Apud* Gerhardt, Silveira 2009, p. 35): “A pesquisa descritiva exige do investigador uma série de informações sobre o que deseja pesquisar. Esse tipo de estudo pretende descrever os fatos e fenômenos de determinada realidade”.

Quanto a análise de dados realizou-se com recursos estatísticos descritivos (gráficos, figuras, quadros e tabelas) e análise descritiva (Triviños, 1987 *Apud* Gerhardt, Silveira 2009, p. 35). Após a análise foi possível identificar a situação da CRQ nos setores estudados, informar a sociedade sobre as condições existentes, e, possivelmente, servir de parâmetro para a adoção de medidas pelo Poder Público.

5.2 Identificação da área de estudo

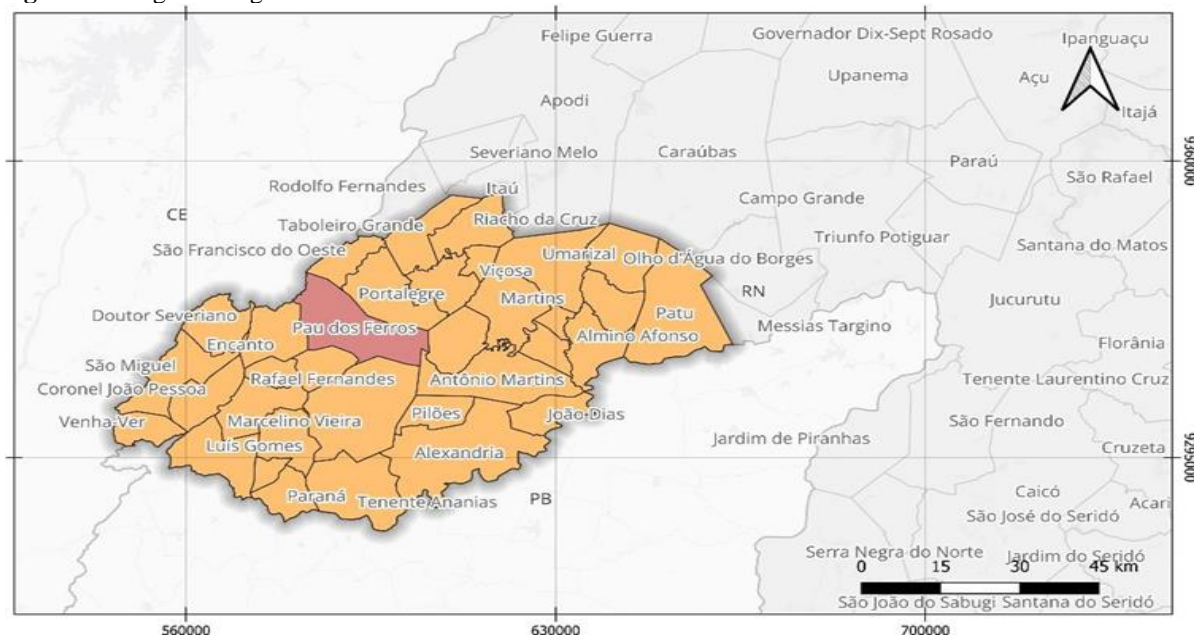
A origem de Coronel João Pessoa/RN remonta ao século XVIII, com as antigas denominações “Baixio dos Kágados” e depois “Baixio de Nazaré”, deixando evidente que as características das terras serviram como atrativos para o estabelecimento de posseiros provenientes do Ceará, cujo principal objetivo era a implantação de fazendas para criação de gado (IBGE, 2019).

Logo, pode-se esclarecer:

Neste sentido, a ocupação do espaço seguiu o mesmo padrão das demais terras do Alto Oeste Potiguar e se deu através da expansão da atividade pecuária e depois pela exploração das terras mais férteis para cultivo de milho, feijão, mandioca, cana-de-açúcar, dentre outros itens (Lima; Barreto Filho, 2019, p. 214).

Geograficamente, o município de Coronel João Pessoa/RN se situa na Região Geográfica Intermediária de Mossoró, composta por três regiões imediatas e 68 municípios, dentre elas a Região Geográfica Imediata de Pau dos Ferros, com 34 municípios (Figura 7) (IBGE, 2018).

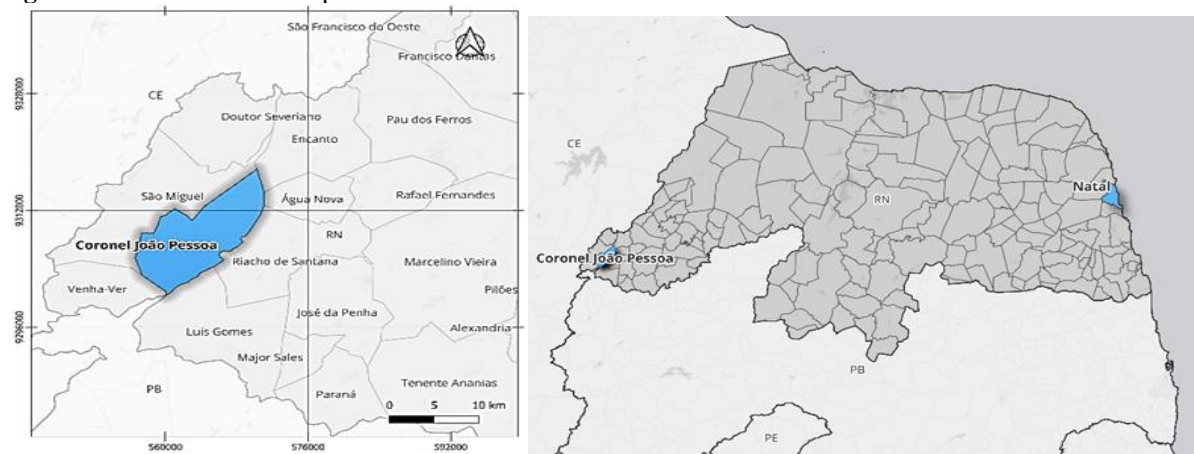
Figura 7 – Região Geográfica Imediata de Pau dos Ferros



Fonte: Limites Municipais e Estaduais (IBGE, 2018). Elaboração: Maurício do N. Fontes (2023) e Autoria própria (2023).

Limitando-se com São Miguel (ao Norte e a Oeste); Luís Gomes e Venha-Ver (ao Sul); Riacho de Santana, Água Nova e Encanto (a Leste) (Figura 8), distante cerca de 433 Quilômetros da capital do estado (Natal/RN).

Figura 8 – Limites do Município de Coronel João Pessoa/RN



Fonte: Limites Municipais e Estaduais (IBGE, 2018). Elaboração: Maurício do N. Fontes (2023) e Autoria própria (2023).

O município contava, em 2010, com uma população de 4.772 habitantes, com uma densidade demográfica de 40,74 hab./km² (IBGE, 2010). No último Censo, em 2022, o município contabilizou 4.237 pessoas e densidade de 36,17 habitante por quilômetro quadrado (IBGE, 2020).

Em relação às características:

Trata-se de uma cidade pequena, cuja economia apresenta forte dependência de transferências externas de recursos públicos, tanto diretamente para os cidadãos (através da Previdência Social e Programa Bolsa Família), como para a Administração Municipal (Fundo de Participações dos Município, Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica, Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, dentre outros), bem como, com modestíssima participação do Setor Industrial e pouco dinamismo do comércio e dos demais serviços (Lima, Barreto Filho, 2019, p. 2014).

Na figura 9, exibe-se a imagem panorâmica da zona urbana de Coronel João Pessoa/RN.

Figura 9 – Imagem Panorâmica da Zona Urbana de Coronel João Pessoa/RN



Fonte: Prefeitura Municipal de Coronel João Pessoa/RN (2020).

Na figura 9 é possível notar que o município de Coronel João Pessoa é consideravelmente pequeno, levando em consideração os outros municípios a que se limita e o seu contingente populacional.

Desse modo, vale ressaltar que:

Em relação à caracterização do espaço rural municipal, observa-se que a qualidade do solo é uma característica importante para viabilizar a continuidade da exploração dos agricultores familiares, pois mesmo os [minifúndios] conseguem produzir para o autoconsumo familiar e extrair excedentes para comercialização nos mercados local e regional. Sendo a produção realizada nos baixios e vazantes situadas nos entornos de riachos e pequenas represas que [transbordam] durante os períodos mais chuvosos, garantindo terras úmidas e, por isso mesmo, reunindo boa parte plantações (Lima e Barreto Filho, 2019, p. 215).

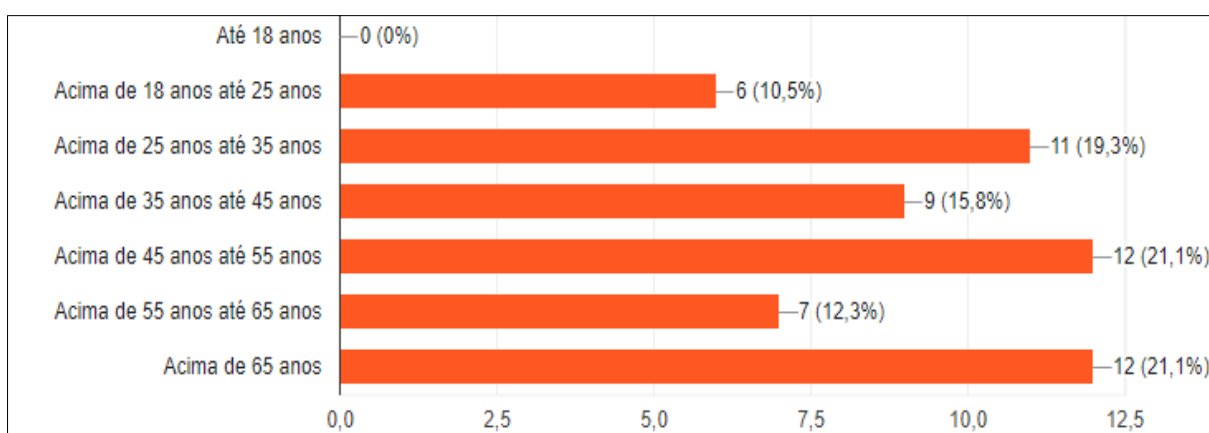
A CRQ do Sítio Comum se encontra na zona rural do município de Coronel João Pessoa/RN, cerca de 6 km da sede administrativa municipal. A caracterização socioeconômica se aproxima da realidade vigente nas demais áreas do município. A principal diferenciação diz respeito ao componente identitário, cuja territorialidade étnica é definida pela forma de autodeterminação da comunidade quilombolas. A CRQ do Sítio Comum foi certificada como Remanescente de Quilombo pela Fundação Cultural Palmares em pela Portaria n° 366/2018, ela também conta com uma associação comunitária denominada Associação Comunitária do Comum (Silva, 2022).

6 CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DA CRQ DO SÍTIO COMUM: RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da pesquisa de campo realizada na comunidade, foi possível verificar que 89,5% dos respondentes eram mulheres e 10,5% homens.

O gráfico 6 apresenta a faixa etária dos respondentes da pesquisa de campo.

Gráfico 6 – Faixa etária dos/das respondentes da pesquisa

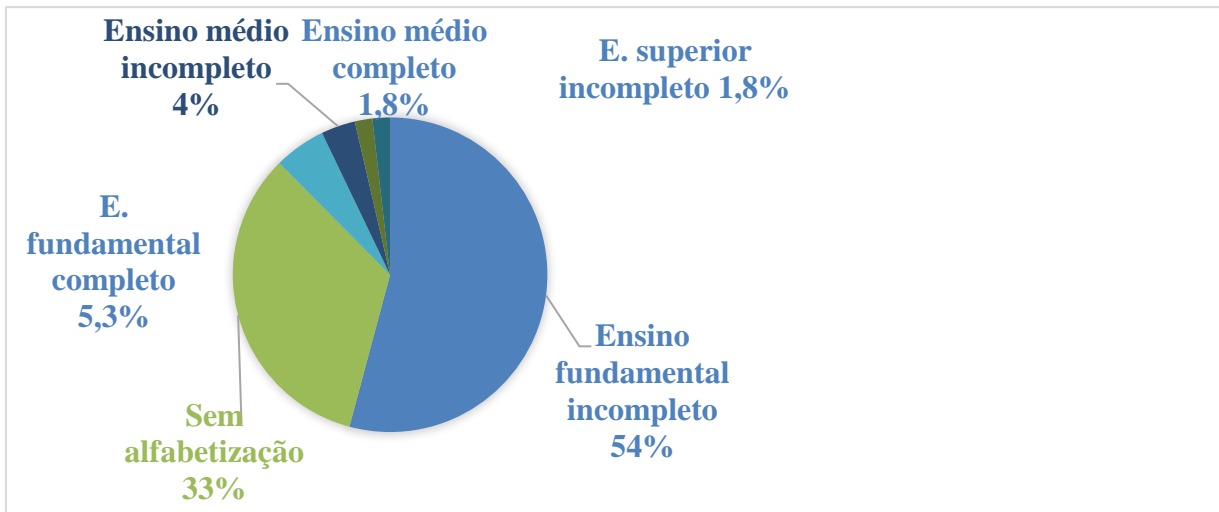


Fonte: Elaboração própria (2024).

A faixa etária dos entrevistados mostrou que 21,1% tinha idade acima de 61 anos, assim como 21,15% estava na faixa etária entre 45 e 55 anos, 19,3% tinha entre 25 a 35 anos, 15,8% entre 35 e 45 anos, 12,3% entre 45 e 55 anos e 10,5% entre 18 e 25 anos. Com isso, pode-se observar que quase 58% dos entrevistados estão na faixa etária de até 45 anos, considerados aptos para o mercado de trabalho, contudo, o nível educacional pode afetar o engajamento como demonstrado a baixo.

O gráfico 7 apresenta os dados sobre o nível de escolaridade dos/das respondentes.

Gráfico 7- Escolaridade dos chefes de família da CRQ do Sítio Comum.

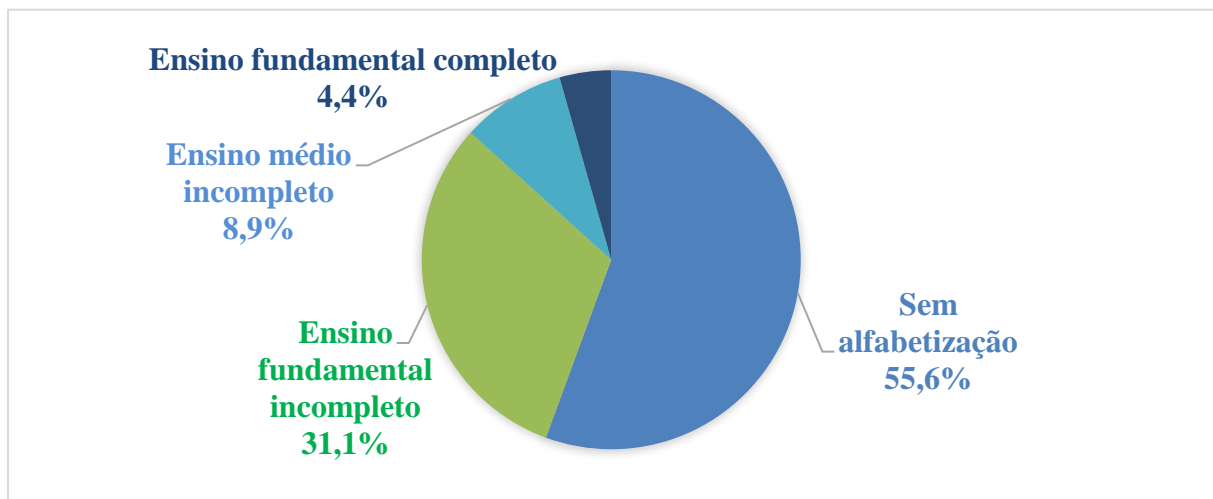


Fonte: Elaboração própria (2024).

Em relação ao nível educacional, a situação da CRQ é bastante difícil, pois 54,4% dos entrevistados possuem apenas ensino fundamental incompleto e, ainda mais grave, quase todos desse percentual relataram que, apesar de ter frequentado a escola em alguns anos de ensino fundamental, não sabem escrever e nem ler. Outros 33,3% não possuem nenhum grau de escolaridade, ou seja, nenhuma alfabetização. Apenas 5,3% dos entrevistados possuíam ensino fundamental completo, 3,5% declararam que possuem ensino médio incompleto e 18% ensino médio completo.

O gráfico 8 apresenta os dados sobre o nível de escolaridade dos cônjuges dos respondentes.

Gráfico 8 - Escolaridade dos cônjuges da CRQ do Sítio Comum



Fonte: Elaboração própria (2024).

A situação educacional dos cônjuges dos/das respondentes mostra que 55,6% são analfabetos 31,1% possuem o ensino fundamental incompleto, mas não sabem ler e escrever apesar de ter frequentado a escola em alguns anos de ensino fundamental. Já 4,4% possuem o ensino fundamental incompleto e 8,9% possuem ensino médio incompleto. Com isso, percebe-se que a CRQ estudada ainda tem o desafio educacional a superar, pois o analfabetismo é presente em diferentes faixas etárias.

Pode-se assim relacionar, os fatores estruturais de nível educacional, cor e pobreza como citado anteriormente por Anjos (2003), que em seu estudo concluiu que os negros apresentam menores níveis de escolaridade em relação aos brancos tanto na zona rural, quanto na zona urbana. Consequentemente, a baixa escolaridade dificulta o engajamento no mercado de trabalho, resultado em baixas remunerações e piores ocupações.

Assim como corresponde a PNAD, citada por Rede Brasil Atual (2013), que considerou alarmante o índice de analfabetismo, da população Quilombola não sabia ler, e ainda existiam dificuldades na educação de jovens e adultos, inclusive para que concluíssem o Ensino Fundamental.

O gráfico 9 apresenta, do lado esquerdo o percentual de beneficiários do Bolsa Família e o lado direito os beneficiários do INSS.

Gráfico 9 - Beneficiários do Bolsa Família e beneficiários do INSS ou Previdência Social na CRQ do Sítio Comum.



Fonte: Elaboração própria (2024).

Tratando-se do nível renda das famílias entrevistadas pode-se considerar que a principal fonte é o programa de transferência de renda, o Bolsa Família, 63,2% dos chefes de família afirmaram que pelo uma das pessoas residente na moradia era beneficiários do programa, 91,7% desses recebem acima de R\$ 500 por mês.

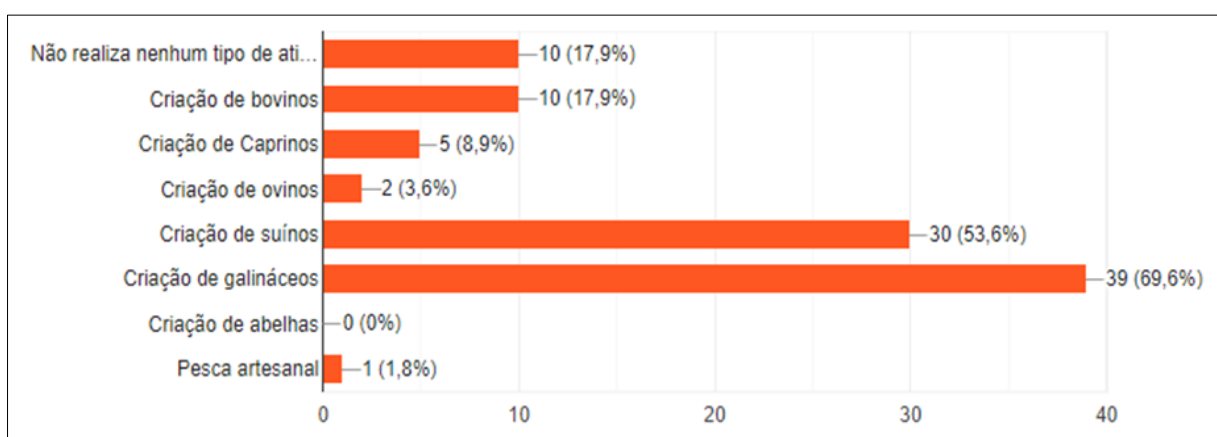
Por outro lado, 50% dos entrevistados são beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), sendo que 53,6% recebem acima de um salário, 32,1% recebem um salário mínimo, 7,1% recebem menos de um salário mínimo (provavelmente por recorrer a empréstimo consignado), 3,6% recebem acima de três salários mínimos, assim como com 3,6% recebem até 2 salários mínimos.

Pode-se assim comparar com o que diz Freitas *et al.*, (2011) que o PBF é a principal fonte de renda das famílias das CRQ, e que muitas delas ainda estão em situação de vulnerabilidade social.

Observou-se que boa parte dos respondentes da pesquisa dependem do PBF e de aposentadorias rurais para obtenção de renda e declararam não contar com rendas provenientes de ocupações formais e muito poucos conseguem rendas de ocupações informais e quando obtêm são rendimentos muitos baixos.

O gráfico 10 apresenta dados sobre a existência (ou não) de atividade pecuária.

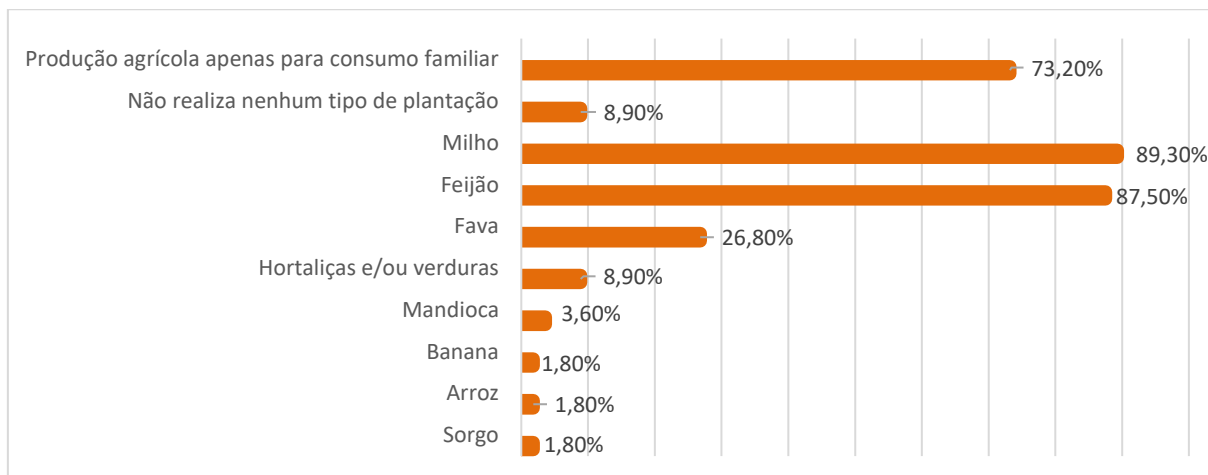
Gráfico 10 – Realização (ou não) de atividade pecuária.



Fonte: Elaboração própria (2024).

Do percentual de agricultores que tem atividade criatória (82,1%), tem-se a criação galinácea (69,6%) e suína (53,6%), que podem ser consideradas as principais, pois estão presentes em mais da metade dos que tem atividade criatória. As demais criações são pouco praticadas pelas famílias, como a bovina (17,9%), ovina (3,6%) e caprina (8,9).

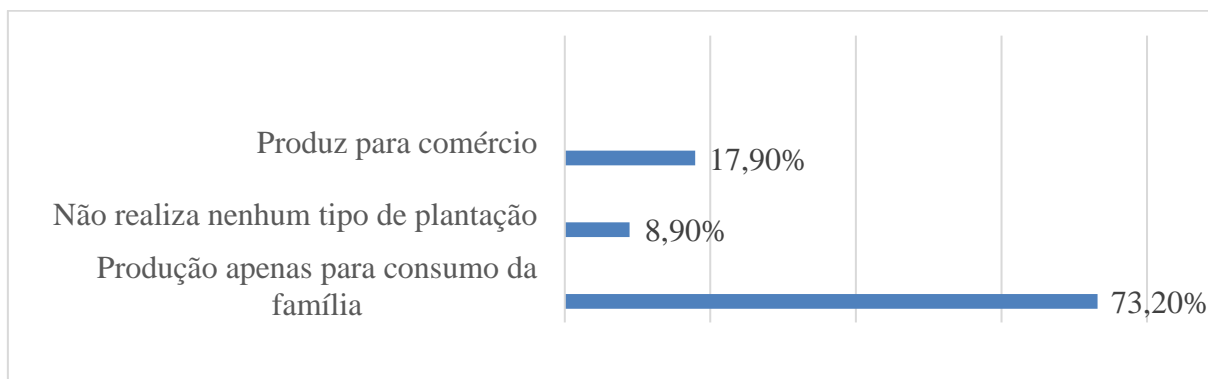
O gráfico 11 apresenta dados sobre a existência (ou não) de atividade agrícola.

Gráfico 11 – Realização (ou não) de atividade agrícola

Fonte: Elaboração própria (2024).

No que diz respeito a realização de atividade agrícola, é possível notar que a produção mais comum é do milho (89,3%), seguida pela do feijão (87,5%). Em sequência, com uma produção menor vem a fava (26,8%), hortaliças e verduras (8,9%), mandioca (3,6%), banana (1,8%), arroz (1,8%) e sorgo (1,8%) e apenas 8,9% dos respondentes afirmaram não cultivar nenhum tipo de plantação. Contudo, de todos os respondentes que afirmaram realizar algum tipo de cultura agrícola, 73,2% produzem apenas para o consumo familiar.

O gráfico 12 indica as finalidades das atividades agropecuárias na CRQ.

Gráfico 12 – Finalidade da produção das atividades agropecuárias

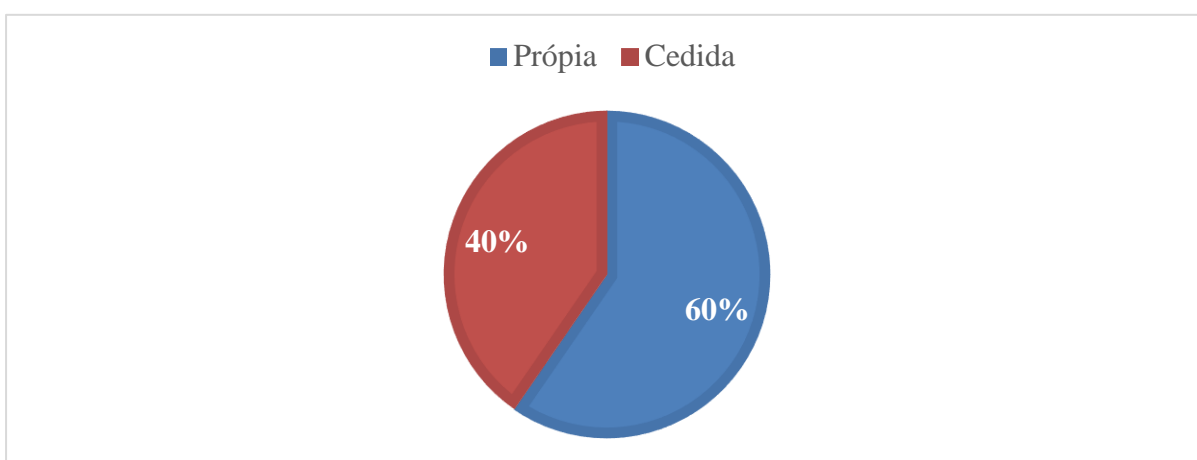
Fonte: Elaboração própria (2024).

A atividade agropecuária, para 73,2% dos entrevistados, é produzida apenas para consumo da família, apenas 17,9% obtém renda proveniente da atividade agropecuária, e 8,9% não realiza nenhum tipo de plantação.

Esse fato se correlaciona com o apresentado na pesquisa da Chamada Nutricional Quilombola (2006), em que 94% das CRQ estudadas desenvolviam a agricultura e grande parte da produção era para consumo familiar, apenas um pequeno excedente para comércio e fonte de renda, assim como 56% delas também desenvolviam atividade criatórias.

O gráfico 13 apresenta a distribuição de atividades realizadas em propriedades próprias e cedidas.

Gráfico 13 - Atividade agropecuárias em propriedade privada e cedida

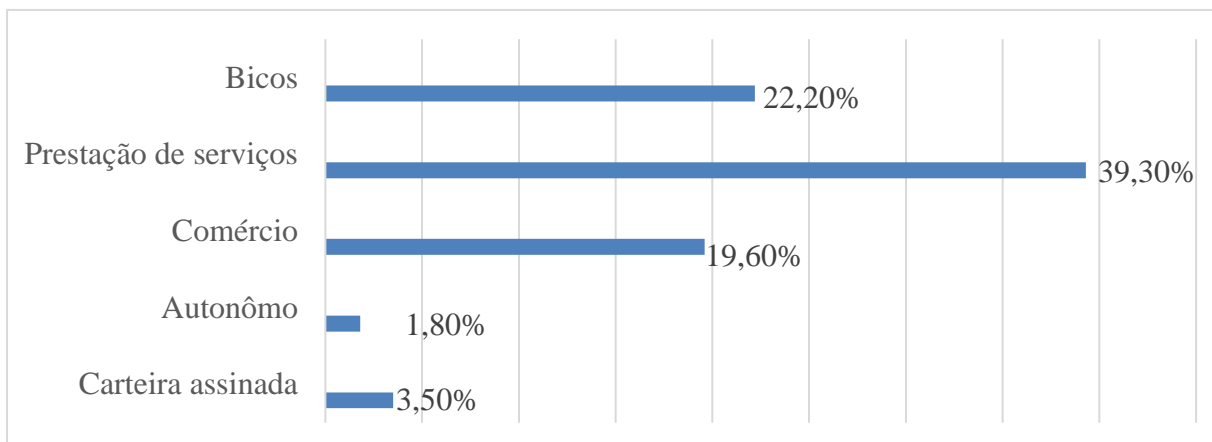


Fonte: Elaboração própria (2024).

Das famílias que realizam atividade agropecuária, tem-se 59,6% que realizam as atividades em propriedades rurais próprias e 40,4% em propriedades cedidas.

Em linhas gerais, verificou-se a persistência com as atividades agropecuárias, mas com resultados pouco expressivos na geração de renda monetária, embora relevantes para o consumo familiar.

O gráfico 14 contém a porcentagem das atividades formais e informais presentes nas famílias respondentes.

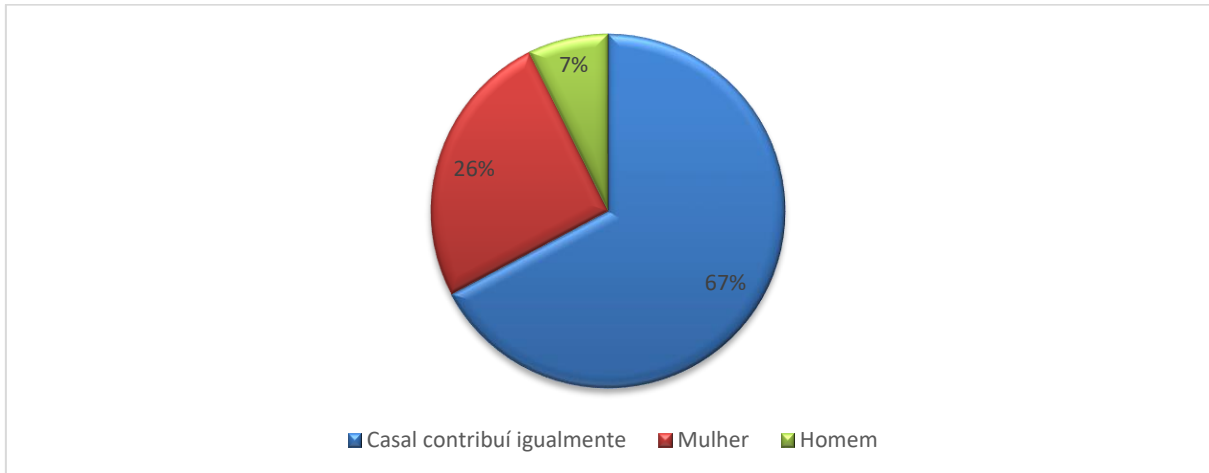
Gráfico 14 – Ocupações formais e informais

Fonte: Elaboração própria (2024).

Os trabalhos formais e informais encontrados na CRQ são pouco expressivos. No setor formal: do total dos entrevistados, apenas 3,5% declarou que algum membro da família tinha vínculo de emprego com carteira assinada e com rendimento de um salário mínimo; não foram identificados nenhum vínculo com emprego público. No setor informal, apenas 1,8% afirmou realizar alguma atividade autônoma, obtendo renda mensal de até meio salário mínimo, as atividades de comércio, apenas 19,6% das pessoas entrevistadas afirmaram desenvolver alguma atividade, com renda mensal prevaiente de meio a um salário mínimo, nas atividades de prestação de serviços, 60,7% dos entrevistados realizam alguma atividade do ramo, com renda variando entre meio a um salário mínimo e 22,7% afirmaram receber até 4 salários mínimos considerando o ano de 2023.

A renda familiar mensal proveniente de atividades informais, como “bicos”, diarista e etc. foram indicadas por 22,2% sendo que destes 45,5% recebem até um salário mínimo, 27,3% até meio salário mínimo e 27,3% até 2 salários mínimos.

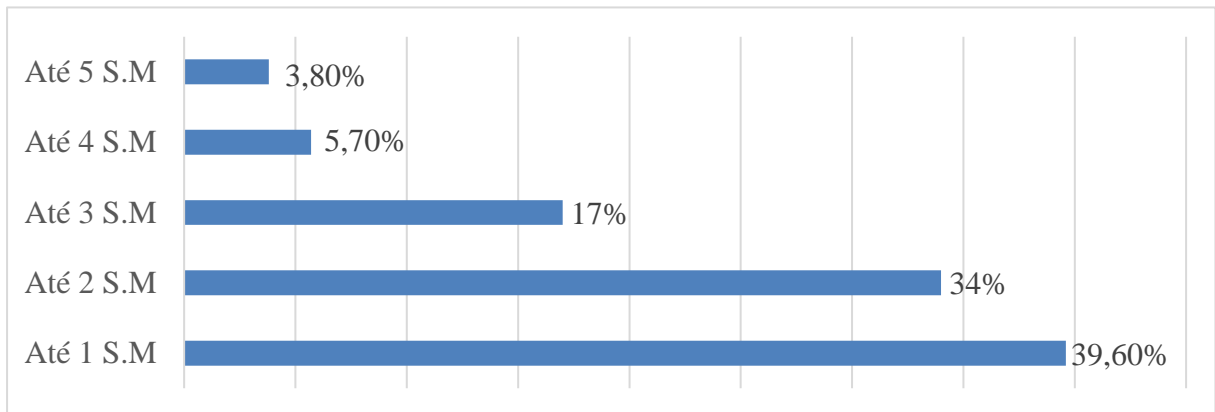
O gráfico 15 apresenta a distribuição da responsabilidade no sustento familiar das famílias da CRQ.

Gráfico 15 – Responsabilidade no sustento familiar

Fonte: Elaboração própria (2024).

Considerando o principal provedor de renda, 67,3% dos entrevistados afirmaram que, junto com seus cônjuges, contribuem igualmente para prover a renda da família, 25,5% afirmam ser as mulheres e 7,3% os homens.

O gráfico 16 demonstra a renda mensal estimada das famílias entrevistadas na CRQ

Gráfico 16 – Renda familiar mensal estimada

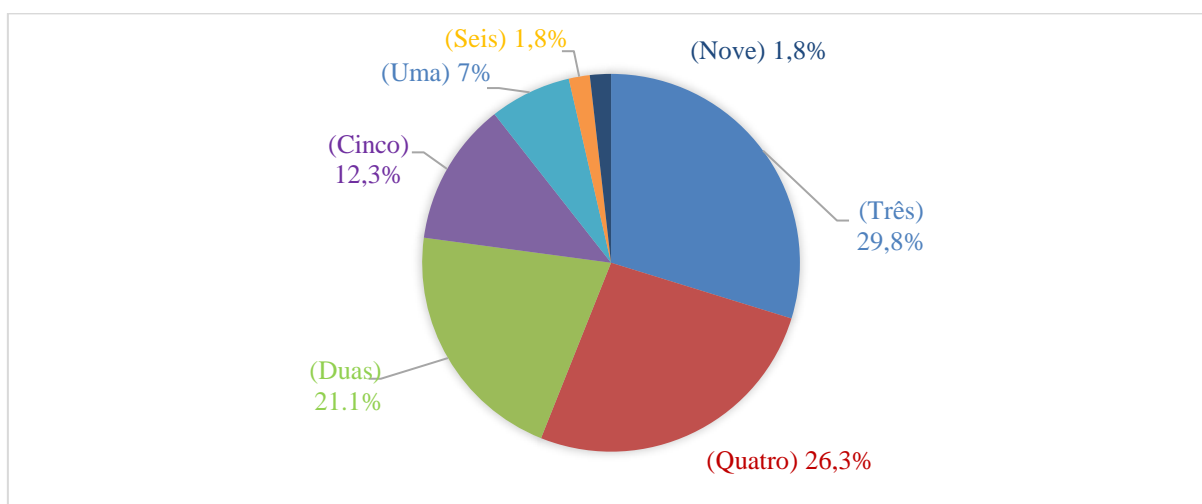
Fonte: Elaboração própria (2024). Legenda: S.M - Salário Mínimo.

Considerando a renda de todas as pessoas residentes em cada domicílio, a estimativa de renda mensal foi de acima de meio salário mínimo até um salário mínimo para 39,6%, acima de um salário até dois salários mínimos para 34%, acima de dois até 3 salários mínimos para 17%, acima de três até quatro salários mínimos para 5,7% e 3,8% declararam renda domiciliar de até meio salário mínimo.

Esta realidade corresponde a citada por Mariano e Carloto (2013) em que 29,2% das mulheres negras chefes de família recebem até meio salário mínimo, 44,4% recebem entre meio a um salário mínimo e 26,7% recebem 1 e 2 salários mínimos; diferente das mulheres brancas em que 33,3% recebem entre meio a um salário mínimo e 46,7% recebem entre 1 e 2 salários mínimos. Mariano e Carloto (2013) salientam que as mulheres negras, mesmo tendo como principal fonte de renda o PBF, ainda se encontravam em situação de maior vulnerabilidade, principalmente quando comparadas às mulheres brancas também inseridas no programa.

O gráfico 17 apresenta o número de residentes por domicílio pesquisado.

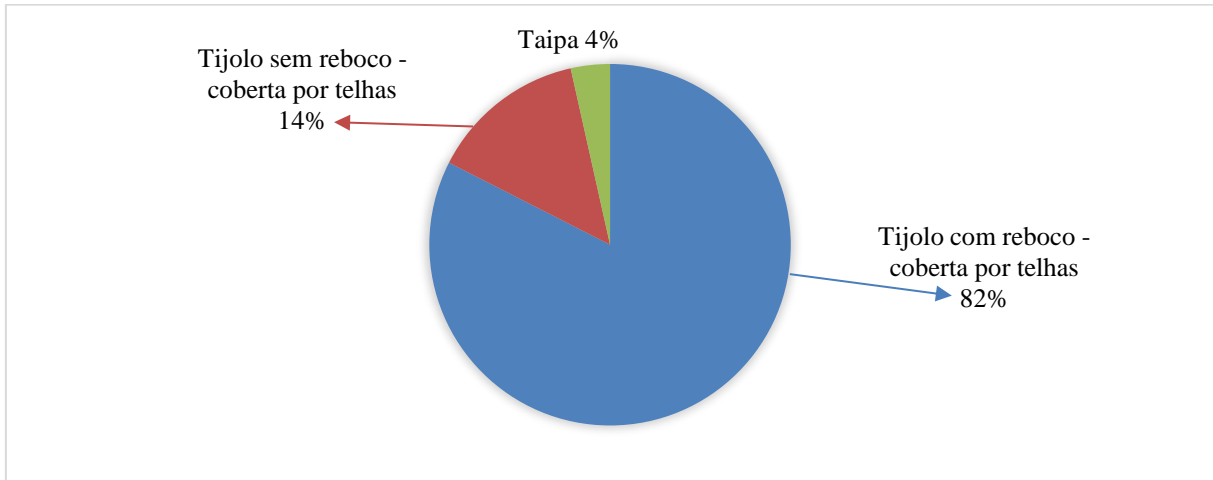
Gráfico 17 – Número de residentes por domicílio



Fonte: Elaboração própria (2024).

Observou-se que em 29,8% dos domicílios moram 3 pessoas, em 26,3% moram 4 pessoas residentes, em 21,1% moram 2 pessoas por residência, em 12,3% moram 5 pessoas por residência, em 7% moram uma pessoa por residência, em 1,8% residem 6 e em 1,8% residem 9 pessoas.

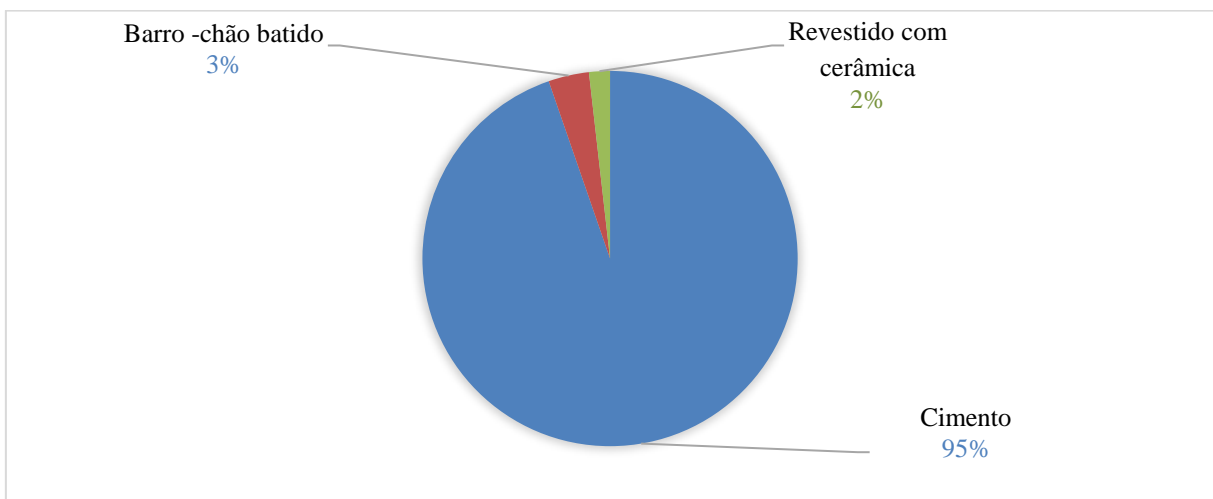
O gráfico 18 apresenta às condições de moradia em tipos de construção e revestimento nos domicílios dos entrevistados.

Gráfico 18 – Condições dos domicílios – tipo de construção e revestimentos

Fonte: Elaboração própria (2024).

As condições de moradia, por tipo de construção e revestimento, na CRQ do Sítio Comum podem ser consideradas apropriadas, pois 82,5% dispõem de domicílios de tijolos com reboco e coberto com telhas, 14% tijolos sem reboco e apenas 3,5% eram de casas de taipa.

O gráfico 19 apresenta as condições de moradia em tipos de pisos encontrado nos domicílios dos entrevistados.

Gráfico 19 – Condições dos domicílios – tipos de pisos

Fonte: Elaboração própria (2024).

Quanto ao piso, verificou-se que 94,7% das casas apresentam pisos de cimento, 3,5% com chão batido e 1,8 cerâmica.

A figura 10 apresenta uma casa de taipa e coberta com telhas que ainda é possível ser encontrada na comunidade, mas apenas 3,5% de moradores desse tipo de construção participaram da pesquisa, uma vez que os chefes de família das demais não aceitaram participar da pesquisa e outros não se encontravam disponíveis para participar da pesquisa. Através de observação direta foi possível encontrar 10 casas desse tipo na CRQ.

Figura 10 - Casa de taipa encontrada na CRQ do Sítio Comum



Fonte: Acervo da autora (2024).

A comunidade inteira dispõe de rede de energia elétrica pública, assim como 94,7% das moradias possuem banheiros, contudo nem todos são dentro da residência, pois a comunidade foi beneficiada com um projeto de banheiros químicos distribuídos no ambiente externo das residências (figura 11).

Em 30,4% das moradias da CRQ não tem destino adequado para os dejetos provenientes dos banheiros e 3,65% jogam os excrementos a céu aberto, já 64,3% possuem fossa rudimentar. Em relação ao lixo, em 96,5% dos domicílios o descarte se dá através por queima e o restante é jogado a céu aberto, já que a comunidade não dispõe de coleta de lixo realizada pela prefeitura.

A figura 11 demonstra o estilo de banheiro químico encontrado na CRQ do Sítio Comum.

Figura 11 - Banheiro químico na CRQ do Sítio Comum



Fonte: Acervo da autora (2024).

A principal forma de armazenamento de água na CRQ são as cisternas de placas (66,7%), tanque (36,8%), caixa d'água (29,8%). Saliente-se que o percentual acima de 100% significa que parte das famílias tem acesso a mais de uma forma de armazenamento. Tendo como principal origem de água para consumo da família poços de rede comunitária (87,7%) e poço particular (17,5%), combinados com armazenamento de água de chuva no período do inverno. Além disso, 94,6% das pessoas entrevistadas admitiram que a água do consumo da família não passa por nenhum tipo de tratamento.

Identificou-se que 91,2% das famílias moram em imóvel próprio e 8,8% em imóveis cedidos.

O acesso a comunidade é feito por estrada vicinal. No entanto, 71,9% das famílias avaliaram que a via de acesso para a comunidade tem boas condições de tráfego, já para 21,1% a via de acesso foi considerada ótima e 7% consideraram em condições regulares.

No setor da saúde, apesar da comunidade ser grande, não dispõe de uma unidade básica de saúde e os atendimentos médicos são realizados na escola da comunidade uma vez por mês. Já para emergências as pessoas da CRQ se deslocam até o município. A comunidade dispõe de serviço de agentes de saúde e quando necessário dispõe de serviço de remoção de paciente por ambulância.

Em relação a educação, a comunidade dispõe de uma escola assim como também conta com transporte escolar, porém não conta com creche.

Nos serviços assistências sociais, as famílias da CRQ dispõem, quando necessário, de serviços do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Centro de Referência de Assistência Social (CREAS) e conselho tutelar, contudo, não dispõe de grupo de idosos.

Tratando-se de apoio para a agricultura, apurou-se que as famílias dispõem de serviços de corte de terras, mas não dispõem de serviços de extensão rural e também não dispõem de orientação e apoio para a obtenção de créditos. Estes serviços quando fornecidos para a agricultura poderia dinamizar a economia local, pois contribuiria para ampliar a produção, geraria mais rendas e diminuiria a insegurança alimentar (IDR-Paraná, 2023).

A CRQ abrange algumas atividades culturais, que são realizadas pelos membros, com destaques para as festas de padroeiro, a copeira e maculelê (que são atividades de origem africanas), como também as festas juninas, em especial as apresentações de quadrilhas na comunidade.

Abaixo, na figura 12, mostra-se a capela católica de Santo Expedito encontrada na comunidade. Vale salientar que não foi encontrada nenhuma igreja de outra confissão religiosa na comunidade, como templos de evangélicos ou de candomblé.

Figura 12 - Igreja Católica da CRQ do Sítio Comum



Fonte: Acervo da autora (2024).

A comunidade tem uma associação comunitária, porém ainda não dispõe de sede e as reuniões são realizadas na capela da comunidade. Sobre o papel da associação: 68,4% das

famílias consideram que a associação é atuante, 19,3% não tem conhecimento sobre a associação e 12,3% não a consideram atuante.

A figura 13 demonstra apresentações de capoeira, maculelê e quadrilha realizada na escola, por crianças e jovens que fazem parte da CRQ, essas práticas realizadas na Comunidade Quilombola visam a preservação da cultura afro-brasileira.

Figura 13- Apresentações de capoeira, maculelê e quadrilha na CRQ sítio Comum.



Fonte: Instagram Escola Municipal Escolástica Nunes de Silva (2023).

Na CRQ do Sítio Comum foi identificada apenas uma única prática artesanal, que remonta desde à origem, mas atualmente é praticada apenas por duas artesãs. Apurou-se que as duas artesãs praticam como forma de preservar a cultura e também fonte de renda.

A figura 14 apresenta algumas peças de argila confeccionadas pelas artesãs, destacando uma parte importante do processo de confecção, que é a queima das louças, como também o processo de confecção a mão por uma artesã da comunidade.

Figura 14- confecção de louças de barro na CRQ do Sítio Comum



Fonte: Acervo da autora (2023).

Os respondentes da pesquisa declararam se identificar como membro da comunidade (96,5%) assim como declararam sentir orgulho de serem quilombolas. Apenas 1,8% declarou não se identificar como membro e 1,8% não quis responder.

Quando perguntado se consideram que obteve algum benefício por ser membro da Comunidade Quilombola, 66,7% declararam que sim, 26,3% declararam que não e 7% não quiseram responder.

Quando perguntado aos entrevistados se já haviam sofrido algum ato de racismo 27,3% afirmaram que sim e 72,7% afirmaram que não.

Em síntese, a pesquisa mostrou que existem aspectos socioeconômicos e culturais que conferem à comunidade do Sítio Comum aspectos positivos, em que merece destaque o próprio processo de reconhecimento. O processo de auto reconhecimento da comunidade se deu através de reuniões da agricultura familiar promovidas pela Prefeitura Municipal, que ajudou a comunidade no auto reconhecimento, que até então não tinham conhecimentos da própria origem e assim surgiram lideranças que, posteriormente, investigaram a história da origem da comunidade e deu entrada no processo junto a FCP, obtendo-se êxito quando foi concedida a certificação em 2018.

Também foi possível verificar que ainda se faz necessário maior suporte, em especial do Poder Público, para superação dos problemas e dificuldades vivenciadas pela comunidade, além de maior envolvimento para assegurar a preservação dos povos remanescentes de quilombos, reconhecendo sua cultura e demais manifestações tradicionais.

7 CONCLUSÕES

As características econômicas da CRQ do Sítio Comum sinalizam que existem muitos problemas a serem superados, como ausência e/ou insuficiência de medidas para fomentar atividades capazes de gerar ocupações e renda para os moradores, uma vez que a pesquisa demonstrou que até a inserção no mercado informal deixa a desejar e quando se tem êxito na obtenção de renda, a partir de atividades informais, tem-se o recebimento de montantes considerados pequenos.

Ademais, convém mencionar que a maior parte dos pesquisados que ainda persistem nas atividades agropecuárias estão conseguindo produzir, quase que exclusivamente, para o consumo familiar e a única tradição capaz de gerar renda para os moradores, através da confecção de artesanato, só não acabou pela insistência de umas poucas artesãs, que apontaram a manutenção das atividades como algo necessário para preservar a produção tradicional.

O sustento e a manutenção dos moradores dependem essencialmente do PBF e de aposentadorias rurais. Embora sejam programas de grande alcance social, tem-se que reconhecer que a situação de elevada dependência dos moradores da CRQ de rendas provenientes de aposentadorias rurais e do PBF informa, muito mais, sobre a ausência de outras possibilidades de obtenção de rendas.

Encontrou-se um percentual elevado de 89,5% de mulheres e 10,5% de homens como respondentes, salientando-se que as mulheres são consideradas as chefes de boa parte das famílias. Quanto a faixa etária, quase 58% se encontram na faixa de até 45 anos, portanto aptos ao mercado de trabalho.

No que tange aos serviços, verificou-se que: na saúde, a CRQ não dispõe de UBS, mas os moradores recebem atendimento médico mensalmente, assim como dispõem de serviços de ACS e remoção por ambulância. A CRQ dispõe de serviços do CRAS, CREAS e conselho tutelar, contudo, não dispõe de grupo de idosos. A situação educacional é preocupante, pois o número de analfabetos é enorme, e grande parte da comunidade não concluiu o ensino fundamental, e aqueles que declararam frequentar alguns anos do ensino básico afirmam não ter aprendido a ler ou escrever. Não obstante, a CRQ conta escola e transporte escolar.

As condições de moradia e saneamento básico são regulares: todas as moradias dispõem de banheiro, em boa parte deles químicos, os domicílios contam com energia elétrica, estrutura das casas de tijolo, chão de cimento, revestidas com reboco e telhas, mas existe ainda a presença de algumas casas de taipa. A água da comunidade provém de poços comunitários, contudo, não

passa por nenhum tipo de tratamentos. A CRQ não dispõe de coleta de lixo e a forma de descarte ocorre pela queima.

A comunidade apresenta elementos que preservam a cultura afro-brasileira, como apresentações eventuais de capoeira e maculelê, além de outras manifestações culturais tradicionais como as festas juninas. A comunidade também dispõe de uma associação comunitária para orientar a CRQ, apesar de ainda não possuir uma sede. A religião predominante na CRQ é a católica e a única atividade artesanal é o trabalho com argila.

Acredita-se que a pesquisa pode contribuir para maior conhecimento da sociedade sobre a situação da CRQ, também para conhecimento do Poder Público sobre as carências que ainda persistem e que devem merecer maior atenção, em especial da Gestão Municipal.

Portanto, necessita-se de políticas públicas que incentivem aos membros da comunidade a retomarem ao ensino básico, para reduzir o nível de analfabetismo e elevar o nível de instrução. Da mesma forma, necessita-se maior observação do Poder Público, em especial na área da saúde, visto que a comunidade não dispõe de UBS. Além de políticas que visem maior dinamização da economia local, gerando formas de renda, como por exemplo, maiores estímulos e serviços de apoio na agricultura da CRQ. Assim, como introdução de água fornecida pela Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte (CAERN), já que a comunidade não conta com o serviço e a água consumida não passa por nenhum tipo tratamento.

Além do mais, este estudo pode servir como referência para futuras pesquisas sobre a temática. Como por exemplo, investigar por que o nível de analfabetismo é tão alto na comunidade, estudos sobre políticas de sustentabilidade na CRQ, como também um levantamento histórico detalhado sobre a origem e evolução da comunidade, dentre outras questões relacionadas a cultura, as tradições e sobre a conquista do reconhecimento.

A realização da pesquisa de campo apresentou alguns desafios, uma vez que a ideia inicial era contemplar 100% dos habitantes da CRQ, porém ocorreram recusas de parte dos chefes de famílias, por alegações diversas, e não localização de moradores no momento da passagem em algumas áreas, mesmo com outras tentativas de visitaçao. Outra dificuldade foi o número reduzido de trabalhos acadêmicos sobre as CRQ do Rio Grande do Norte, em especial de estudos com propósitos aproximados a esta pesquisa. Neste sentido, sugere-se que mais pesquisas sejam estimuladas e realizadas por discentes e docentes do curso de Ciências Econômicas sobre a realidade socioeconômica das CRQ, principalmente aquelas localizadas na área geográfica de influência do CAPF.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Márcio Mucedula. **A construção das Hierarquias Sociais: classe, raça, gênero e etnicidade**. Cadernos de Pesquisa do CDHIS — n. 36/37, ano 20 — p. 83-88 — 2007.
- ANDRADE, Tânia (Org.). **Quilombos em São Paulo: tradições, direitos e lutas**. São Paulo: IMESP, 1997. Disponível em:
http://www.itesp.sp.gov.br/br/info/publicacoes/arquivos/quilombos_sao%20paulo_1e.pdf. Acesso em: 08 de maio de 2023.
- ANJOS, José Carlos dos. **Raça e Pobreza rural no Brasil Meridional: A Comunidade de São Miguel dos Pretos - Um Estudo de Caso**. Teoria e Pesquisa 42 e 43 Janeiro - Julho De 2003.
- ARAÚJO, Rayane Larissa Santos de. **Avaliação do consumo alimentar de estudantes da comunidade quilombola Negros do Riacho no município de Currais Novos, no Rio Grande do Norte, Brasil**. UFRN, 2017.
- ASSIS, Adriano Assunção de; Baldauf, Cristina; SILVA, Márcia Regina Farias da. **Sistema Sócioecológico Da Comunidade Quilombola do Sobrado, Portalegre – Rio Grande Do Norte, Brasil: Conhecimentos, Injustiça E Resistência**. Biodiversidade - V.18, N1, pág. 160, 2019.
- Bahia lidera estados com quilombola, **Coordenação Nacional de Articulação da Comunidades Regras Rurais Quilombolas- Conaq.**, (s.d). Disponível em:
<http://conaq.org.br/noticias/bahia-lidera-estados-com-quilombolas/>. Acesso em: 05 de junho de 2023.
- BRASIL. [DECRETO Nº 6.040, DE 7 DE FEVEREIRO (2007)]**DECRETO Nº 6.040, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2007**. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em: 16 de outubro de 2023.
- BRASIL. [Constituição Federal (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília/DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 05 jul. 2023.
- BRASIL. [Decreto Nº 4.887, De 20 (2003)] **Decreto Nº 4.887, de 20 De Novembro de 2003**. Brasília/DF: Presidência da República [2009]. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm. Acesso em: 13 de julho de 2023.
- BRASIL. [Lei Nº 12.288, De 20 De Julho (2010)]. **Lei Nº 12.288, de 20 De Julho de 2010** . Brasília/DF: Presidência da República [2010]. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112288.htm. Acesso em: 13 de Outubro de 2023.

BRUSTOLIN, Cíndia; RÊGO, Adriana Costa. **“Capoeira angola na terra DE Quilombola”**: a capoeira angola como veículo sociocultural no Quilombo de Santa Maria dos Pretos em Itapecuru Mirim-Maranhão, Revista Interdisciplinar em Cultura e Sociedade (RICS) São Luís - Vol. 3 - Número Especial Jul./Dez. 2017.

CARDOSO, Clarissiane Serafim; MELO, Letícia Oliveira; FREITAS, Daniel Antunes. **Condições de Saúde nas Comunidades Quilombolas**, Rev. Enferm. UFPE on line., Recife, 12(4):1037-45, abr., 2018.

CARVALHO, Roberta Monique Amâncio; LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. **COMUNIDADES QUILOMBOLAS, TERRITORIALIDADE E A LEGISLAÇÃO NO BRASIL: uma análise histórica**, Revista de Ciências Sociais, n. 39, Outubro de 2013, pp. 329-346.

CACCIAMALI, Maria Cristina; HIRATA, Guilherme Issamu. **A Influência da Raça e do Gênero nas Oportunidades de Obtenção de Renda – Uma Análise da Discriminação em Mercados de Trabalho Distintos: Bahia e São Paulo**. Est. Econ., São Paulo, V. 35, N. 4, P. 767-795, Outubro-Dezembro 2005.

Certificação Quilombola, **Fundação Cultural Palmares** - Governo Federal, 2018. Disponível em: <https://www.palmares.gov.br/sites/mapa/crqs-estados/crqs-rn-22082022.pdf>. Acesso em: 5 de junho de 2023.

Centro de Assessoria do Assuruá, **Atividades culturais desenvolvidas pelo Projeto Juventude Quilombola marcam o Novembro Negro**, 2 figura. Disponível em: <https://caabahia.org.br/juventudequilombola/atividades-culturais-desenvolvidas-pelo-projeto-juventude-quilombola-marcam-o-novembro-negro/> Acesso em: 22 de fevereiro de 2024.

Comissão pró-índio de São Paulo, **Há 30 anos, a Constituição reconhecia os direitos quilombolas**, 5 de outubro de 2018. Disponível em: <https://cpisp.org.br/ha-30-anos-constituicao-reconhecia-os-direitos-quilombolas/>. Acesso em: 13 de junho de 2023.

Comunidades certificadas: Quadro Geral por estados e regiões, **Fundação Cultural Palmares- Governo Federal**, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/palmares/ptbr/midias/arquivos-menu-departamentos/dpa/comunidadescertificadas/quadro-geral-por-estados-e-regioes-14-03-2023.pdf/view>. Acesso em: 28 de maio de 2023.

Cosmogonia, **Negros do Riacho: Escravos da Miséria**, setembro de 2021. 4 figura. Disponível em: <https://epitacioandradefilho.blogspot.com/2012/06/negros-do-riacho.html> Acesso em: 22 de fevereiro de 2024.

CUNHA, Felipe Gibson. **Comunicação e identidades: um estudo sobre as práticas culturais da comunidade quilombola de Capoeiras no Rio Grande do Norte**. 2018. Dissertação de Mestrado. Brasil.

Estado de Minas. **Comunidade em Santa Luzia é reconhecida como quilombola pela Fundação Palmares**, agosto de 2017, 3 (a) figura. Disponível em:

https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2017/08/17/interna_gerais,892565/comunidade-em-santa-luzia-e-reconhecida-como-quilombola.shtml Acesso em: 23 de fevereiro de 2024.

FREITAS, Daniel Antunes; CABALLERO, Antonio Diaz; MARQUES, Amaro Sérgio; HERNÁNDEZ, Clara Inés Vergara; ANTUNES, Stéffany Lara Nunes Oliveira., **Saúde e Comunidades Quilombolas: Uma Revisão Da Literatura**, Rev. CEFAC., Minas Gerais, 13(5): 937-943, Set-Out, 2011.

FURTADO, Marcella Brasil; PEDROZA, Regina Lúcia Sucupira; Alvea, Cândida Beatriz., **Cultura, Identidade Subjetividade Quilombola: Uma leitura a partir da psicologia cultural**. Universidade de Brasília, Brasília/DF, Brasil, 2014. *Psicologia & Sociedade* 26(1), 106-105.

GALVÃO, Maria Cristiane Barbosa; PLUYE Pierre; RICARTE, Ivan Luiz Marques. **Métodos de pesquisa mistos e revisões de literatura mistas: conceitos, construção e critérios de avaliação**, InCID: R. Ci. Inf. e Doc.,v. 8, n. 2, p. 4-24, set. 2017/fev. 2018.

GERHARDT, Tatiana Engel.; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**, coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

Instituto Cultural Ingá, **Fundação Cultural Palmares celebra 35 anos com edital de R\$ 540 mil e certificações de quilombos**, 25 de Agosto de 2023. 1 Figura. Disponível em: <https://icimaringa.com.br/noticia/712/fundacao-cultural-palmares-celebra-35-anos-com-edital-de-r-540-mil-e-certificacoes-de-quilombos> Acesso em: 22 de fevereiro e 2024.

Instituto De Desenvolvimento Rural do Paraná - Iapar-Emater, **Extensão Rural – Objetivos**, 2023. Disponível em: <https://www.idrparana.pr.gov.br/Pagina/Extensao-Rural-Objetivos> Acesso em: 19 de fevereiro de 2024.

Instituto Brasileiro de Pesquisa, **Censo 2022: pela primeira vez, desde 1991, a maior parte da população do Brasil se declara parda**, 2022. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38719-censo-2022-pela-primeira-vez-desde-1991-a-maior-parte-da-populacao-do-brasil-se-declara-parda> Acesso em: 22 de janeiro de 2024.

Instituto Brasileiro de Pesquisa, **Coronel João Pessoa, panorama**, 2019. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rn/coronel-joao-pessoa/panorama> Acesso em: 21 de fevereiro de 2024.

Instituto Brasileiro de Pesquisa, **Regiões geográfica do Rio Grande do Norte**, 2018. Disponível em: https://geoftp.ibge.gov.br/organizacao_do_territorio/divisao_regional/divisao_regional_do_brasil/divisao_regional_do_brasil_em_regioes_geograficas_2017/mapas/24_regioes_geograficas_rio_grande_do_norte.pdf Acesso em: 21 de fevereiro de 2024.

JÚNIOR, Geraldo Barbosa de Oliveira. **Comunidades Quilombolas em Santana do Matos, Sertão do Rio Grande Do Norte, RN: Invisibilidade Étnico-Racial e Social.** Revista Kwanissa, São Luís, v. 04, n. 11, p. 38-67, 2021.

JÚNIOR, Geraldo Barbosa de Oliveira. **As Comunidades Negras No Rio Grande do Norte no Século XXI: Invisibilidade social e econômica.** Kwanissa, São Luís, n. 5, p. 65-84, jan/jun, 2020.

LIMA, João Airton Bessa; BARRETO FILHO, Boanerges de Freitas. **A atividade canavieira no município de Coronel João Pessoa/RN.** Revista GeoNordeste, n. 3, p. 205-226, 2019.

LIMA, Luciana Batista; MELO, Alyne Freire; BARBOSA, Douglas Rafael e Silva. **O território quilombola, em comunidades no interior do nordeste do Brasil: caracterização socioeconômica e estrutural preliminar,** Research, Society and Development, v. 10, n. 13, e 452101320899, 2021.

MARIANO, Silvana Aparecida; CARLOTO, Cássia Maria. **Aspectos diferenciais da inserção de mulheres negras no Programa Bolsa Família.** Revista Sociedade e Estado - Volume 28 Número 2 Maio/Agosto 2013.

Ministério da Educação, **Educação Quilombola – Apresentação,** 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/educacao-quilombola-#:~:text=Estudos%20realizados%20sobre%20a%20situa%C3%A7%C3%A3o,as%20instala%C3%A7%C3%B5es%20sanit%C3%A1rias%20s%C3%A3o%20inadequadas.> Acesso em: 16 de outubro de 2023.

Ministério do desenvolvimento social e combate à fome, Caderno de estudos: Desenvolvimento Social em debate. **Políticas sociais e chamada nutricional Quilombola: estudos sobre condições de vida nas comunidades e situação nutricional das crianças,** 2006.

MONTEIRO, Vinícius Costa Maia. Avaliação do Grau de Implantação das Ações da Atenção Primária a Saúde nas Comunidades Quilombolas do Rio Grande Do Norte. UFRN, 2022.

MUSSI, Leila Maria Texeira Prates; OLIVEIRA, Iizver de Matos; ALMEIDA, Claudio Bispo; MUSSI, Ricardo Franklin de Freitas. **O Direito à Saúde: uma análise com Comunidades Quilombolas baianas,** revista ODEERE, Vol 8, Nº 1, 322-339, 2023.

OLIVEIRA, João Paulo Gomes de. Revista Mutirão: **Do Quilombo de Catucá à comunidade remanescente quilombola de São Lourenço: a trajetória de resistência do povo negro em Goiana (PE),** Revista Mutirão. Folhetim de Geografias Agrárias do Sul, v. 4, n. 1, 2023.

O solar, **Comunidade quilombola de Capoeiras em Macaíba recebe a visita de universitários.** 19 de setembro de 2017. 6 figura. Disponível em: <https://solardemacaiba.wordpress.com/2017/09/19/comunidade-quilombola-de-capoeiras-em-macaiba-recebe-a-visita-de-universitarios/> Acesso em; 22 fevereiro de 2024.

PEREIRA, Camila da Silva. **Política de Regularização das terras Quilombolas: Identidades e Territorialidades Negras em Portalegre/RN,** 2014.

PEREIRA, Adriana Soares; SHITSUKA, Dorlivete Moreira; PARREIRA, Fabio José; **Metodologia da Pesquisa Científica**, 1. ed., Santa Maria, RS: UFSM, NTE, 2018.

Prefeitura Municipal de Portalegre, **Comunidade Quilombola do Pêga mantém tradição da dança de São Gonçalo**. 27 de janeiro de 2020. 5 figura. Disponível em: <https://www.portalegre.rn.gov.br/informa.php?id=675> Acesso em: 22 de fevereiro de 2024.

RÊ, Eduardo et al. **Os direitos dos quilombolas no Brasil**. Politize, 2021. Disponível em: https://www.politize.com.br/equidade/blogpost/direitos-dos-quilombolas-no-brasil/?https://www.politize.com.br/&gclid=Cj0KCQjwj_ajBhCqARIsAA37s0wvFI5cZ0u0yQZtw0BmzE0Xk8Lsr0ZuaLMuM K DWwmz-Y6yoJh7U 8aAqoYEALw_wcB. Acesso em: 5 de junho de 2023.

Resoluções aprovadas pela Assembléia Geral, **1904 (XVIII). Declaração das Nações Unidas sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial**, reunião plenária 1261 20 de novembro de 1963. Disponível em: [https://www.oas.org/dil/port/1963%20Declara%C3%A7%C3%A3o%20das%20Na%C3%A7%C3%B5es%20Unidas%20sobre%20a%20Elimina%C3%A7%C3%A3o%20de%20Todas%20as%20Formas%20de%20Discrimina%C3%A7%C3%A3o%20Racial,%20proclamada%20pe%20la%20Assembleia%20Geral%20das%20Na%C3%A7%C3%B5es%20Unidas%20em%2020%20de%20novembro%20de%201963,%20a%20resolu%C3%A7%C3%A3o%201904%20\(XVIII\).pdf](https://www.oas.org/dil/port/1963%20Declara%C3%A7%C3%A3o%20das%20Na%C3%A7%C3%B5es%20Unidas%20sobre%20a%20Elimina%C3%A7%C3%A3o%20de%20Todas%20as%20Formas%20de%20Discrimina%C3%A7%C3%A3o%20Racial,%20proclamada%20pe%20la%20Assembleia%20Geral%20das%20Na%C3%A7%C3%B5es%20Unidas%20em%2020%20de%20novembro%20de%201963,%20a%20resolu%C3%A7%C3%A3o%201904%20(XVIII).pdf) Acesso em: 18 de janeiro de 2024.

SCHMITT, Alessandra; TURATTI, Maria Cecília Manzoli; CARVALHO, Maria Celina Pereira de. **A atualização do conceito de Quilombo: Identidade e Território nas definições teóricas**. Ambiente & Sociedade - Ano V - No 10 - 1º Semestre de 2002.

Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas- SEBRAE, **conheça o artesanato quilombola**, 2022. Disponível em: <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/conheca-o-artesanato-quilombola,0c3a17f4bd962810VgnVCM100000d701210aRCRD>. Acesso em: 16 de outubro de 2023.

Século Diário. Começou como terapia e hoje é o ganha-pão de muitas mulheres e jovens', novembro de 2021, 3 (c) figura. Disponível em: <https://www.seculodiario.com.br/meio-ambiente/comecou-como-terapia-e-hoje-e-o-ganha-pao-de-muitas-mulheres-e-jovens> Acesso em; 23 de fevereiro de 2024.

SILVA, André Ricardo da Fonseca; **Políticas Públicas para Comunidades Quilombolas: uma luta em construção**. Revista de Ciências Sociais, n° 48, Janeiro/junho de 2018, p. 115-128.

Silva, Etna Kaliane Pereira da; Medeiros, Danielle Souto de; Martins, Poliana Cardoso; Sousa, Lillian de Almeida; LIMA, Gislane Pereira; RÊGO, Maria Amanda Sousa; SILVA, Tainan Oliveira da; FREIRE, Alessandra Silva; SILVA, Fernanda Moitinho. **Insegurança alimentar em comunidades rurais no Nordeste brasileiro: faz diferença ser quilombola?**. Rio de Janeiro, Cad. Saúde Pública 33 (4), 2017.

SILVA, Carlos Benedito Rodrigues; FERREIRA, Carla Georgea Silva; RODRIGUES, Fernanda Lopes. **Saúde Quilombola no Maranhão**. Revista Ambivalência, V.4 • N.7 • p. 106–133 • Jan-Jun/2016.

SILVA, Raimunda Augusta da; **Uma breve história da comunidade Comum Quilombola. Coronel João Pessoa**, Fundação Cultural Palmares, 2022. (no prelo).

SILVA, Maria José. **Comunidade quilombola “Negros do Riacho”:** cultura e tradição. 2016.

SOUZA, Leonardo da Rocha Bezerra de; COSTA, João Bosco Araújo da. **As Políticas Públicas e as Privações Sociais em Territórios Quilombolas: A Comunidade da Aroeira no Rio Grande Do Norte**. Revista Contraponto, V. 9, n.1 (2022).

Vida simples. **Projeto com palha de Ouricuri insere técnica quilombola no mercado de decoração**, agosto de 2023. 4 (b) figura. Disponível em: <https://vidasimples.co/carreira-e-negocios/projeto-insere-tecnica-quilombola-no-mercado-de-decoracao/> Acesso em: 23 de fevereiro de 2024.

APÊNDICE 1**FORMULÁRIO SOCIOECONÔMICO DA COMUNIDADE REMANESCENTE
QUILOMBOLA DO SÍTIO COMUM EM CORONEL JOÃO PESSOA/RN, APLICADO
POR FAMÍLIAS****1 ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS****1.1 Faixa etária:**

- Até 18 anos Acima de 18 anos até 25 anos acima de 25 anos até 35 anos
 acima de 35 anos até 45 anos acima de 45 anos até 55 anos acima de 55
anos até 65 anos acima de 65 anos

1.2 Gênero:

- masculino feminino outro

1.3 Estado civil:

- casado solteiro divorciado/separado viúvo união estável
 outro: _____

1.4 Grau de escolaridade:

- sem alfabetização Ensino fundamental incompleto ensino fundamental
completo ensino médio incompleto ensino médio completo ensino superior
incompleto ensino superior completo
outro: _____

**1.5 Grau de escolaridade do/da seu/sua cônjuge/companheiro (a) – (observar resposta
item 1.3):**

- sem alfabetização Ensino fundamental incompleto ensino fundamental
completo ensino médio incompleto ensino médio completo ensino superior
incompleto ensino superior completo
outro: _____

1.6 Algum membro da família, residente nesta moradia, é beneficiário do Programa Bolsa Família?

Sim () Não ()

Estimativa de renda familiar mensal proveniente do Programa Bolsa Família

() Até R\$ 200,00 () acima de R\$ 200,00 até R\$ 300,00 () acima de R\$ 300,00 até R\$ 400,00 () acima de R\$ 400,00 até R\$ 500,00 () acima de R\$ 500,00

1.7 Algum membro da família, residente nesta moradia, é beneficiário do INSS ou Previdência Social?

Sim () Não ()

Estimativa de renda familiar mensal proveniente do INSS ou Previdência Social

() até ½ salário mínimo () acima de ½ salário mínimo até 1 salário mínimo () acima de 1 salário mínimo até 2 salários mínimos () acima de 2 salários mínimos até 3 salários mínimos () acima de 3 salários mínimos até 4 salários mínimos () acima de 4 salários mínimos até 5 salários mínimos ()

outro: _____

1.8 Tendo o ano de 2023 como referência, algum membro da família, residente nesta moradia, obteve renda de alguma outra fonte?

Sim () Não () [respondendo “não” passa para item 1.20]

1.9 Algum membro da família, residente nesta moradia, obteve renda proveniente da Agropecuária em 2023? Sim () Não ()

Estimativa de renda familiar mensal proveniente da Agropecuária:

() até ½ salário mínimo () acima de ½ salário mínimo até 1 salário mínimo () acima de 1 salário mínimo até 2 salários mínimos () acima de 2 salários mínimos até 3 salários mínimos () acima de 3 salários mínimos até 4 salários mínimos () acima de 4 salários mínimos até 5 salários mínimos ()

outro: _____

1.10 Principais tipos de culturas agrícolas?

Produção agrícola apenas para autoconsumo da família ()

Não realiza nenhum tipo de plantio ()

Apenas coleta frutas e/ou pratica outro tipo de extrativismo ()

Milho () Feijão () Mandioca () Cana-de-açúcar () Hortaliças e/ou verduras ()

Outro tipo de plantação: _____

1.11 Principais tipos de atividades criatórias?

Não realiza nenhum tipo de atividade pecuária () Criação de bovinos () Criação de

caprinos () Criação de ovinos () Criação de suínos () Criação de galináceos ()

Criação de abelhas () Criação de peixes () Pesca artesanal () Outro tipo de

criação: _____

1. 12 As atividades agropecuária são realizadas em propriedade rural?

Própria () Cedida () Alugada ()

Qual o tamanho da propriedade rural? _____

1.13 Emprego carteira assinada? Sim () Não ()

Estimativa de renda familiar mensal proveniente Emprego carteira assinada:

() até ½ salário mínimo () acima de ½ salário mínimo até 1 salário mínimo ()

acima de 1 salário mínimo até 2 salários mínimos () acima de 2 salários mínimos até 3

salários mínimos () acima de 3 salários mínimos até 4 salários mínimos () acima de

4 salários mínimos até 5 salários mínimos ()

outro: _____

1.14 Algum membro da família, residente nesta moradia, obteve renda proveniente de

Emprego público em 2023? Sim () Não ()

Estimativa de renda familiar mensal proveniente Emprego público:

() até ½ salário mínimo () acima de ½ salário mínimo até 1 salário mínimo ()

acima de 1 salário mínimo até 2 salários mínimos () acima de 2 salários mínimos até 3

salários mínimos () acima de 3 salários mínimos até 4 salários mínimos () acima de

4 salários mínimos até 5 salários mínimos ()

outro: _____

1.15 Algum membro da família, residente nesta moradia, obteve renda proveniente de

Autônomo - conta própria em 2023? Sim () Não ()

Estimativa de renda familiar mensal proveniente Autônomo - conta própria:

() até ½ salário mínimo () acima de ½ salário mínimo até 1 salário mínimo ()
acima de 1 salário mínimo até 2 salários mínimos () acima de 2 salários mínimos até 3
salários mínimos () acima de 3 salários mínimos até 4 salários mínimos () acima de
4 salários mínimos até 5 salários mínimos ()
outro: _____

1.16 Algum membro da família, residente nesta moradia, obteve renda proveniente de
atividade do Comércio em 2023? Sim () Não ()

Estimativa de renda familiar mensal proveniente Comércio:

() até ½ salário mínimo () acima de ½ salário mínimo até 1 salário mínimo ()
acima de 1 salário mínimo até 2 salários mínimos () acima de 2 salários mínimos até 3
salários mínimos () acima de 3 salários mínimos até 4 salários mínimos () acima de
4 salários mínimos até 5 salários mínimos ()
outro: _____

1.17 Algum membro da família, residente nesta moradia, obteve renda proveniente de
Prestação de serviços em 2023? Sim () Não ()

Estimativa de renda familiar mensal proveniente Prestação de serviços:

() até ½ salário mínimo () acima de ½ salário mínimo até 1 salário mínimo ()
acima de 1 salário mínimo até 2 salários mínimos () acima de 2 salários mínimos até 3
salários mínimos () acima de 3 salários mínimos até 4 salários mínimos () acima de
4 salários mínimos até 5 salários mínimos ()
outro: _____

1.18. Algum membro da família, residente nesta moradia, obteve renda proveniente de
Atividades informais, como “bicos”, diarista, etc. em 2023? Sim () Não ()

Estimativa de renda familiar mensal proveniente Atividades informais, como “bicos”,
diarista, etc.:

() até ½ salário mínimo () acima de ½ salário mínimo até 1 salário mínimo ()
acima de 1 salário mínimo até 2 salários mínimos () acima de 2 salários mínimos até 3
salários mínimos () acima de 3 salários mínimos até 4 salários mínimos () acima de
4 salários mínimos até 5 salários mínimos ()
outro: _____

1.19. Algum membro da família, residente nesta moradia, obteve renda proveniente de Outro tipo (exemplos: PRONAF, PAA, PNAE, Seguro defeso, Seguro desemprego, doações de parentes, etc.) não indicado acima em 2023? Sim () Não ()

Estimativa de renda familiar mensal proveniente. Outro tipo:

() até ½ salário mínimo () acima de ½ salário mínimo até 1 salário mínimo ()
acima de 1 salário mínimo até 2 salários mínimos () acima de 2 salários mínimos até 3
salários mínimos () acima de 3 salários mínimos até 4 salários mínimos () acima de
4 salários mínimos até 5 salários mínimos ()

outro: _____

1.20 Quem é considerado(a) o/a principal provedor(a) de renda da família?

() o homem () a mulher () o casal contribui igualmente () filhos/filhas ()
outros parentes. Cite: _____

1.21. Somando a sua renda com a renda de todas as pessoas moradoras do imóvel, qual a estimativa da renda mensal da família, tendo como referência o mês de novembro de 2023?

Família não tem renda, vive de doações ()

() até ½ salário mínimo () acima de ½ salário mínimo até 1 salário mínimo ()
acima de 1 salário mínimo até 2 salários mínimos () acima de 2 salários mínimos até 3
salários mínimos () acima de 3 salários mínimos até 4 salários mínimos () acima de
4 salários mínimos até 5 salários mínimos ()

outro: _____

2 CARACTERÍSTICAS DA MORADIA E ACESSO AOS SERVIÇOS PÚBLICOS

2.1 Número de pessoas residentes no domicílio (moradia)?

Uma () Duas () Três () Quatro () Cinco () Seis () Sete () Oito () Nove () Dez ()

Mais de dez () Indicar número de pessoas: _____

2.2 Tipo de construção do domicílio/moradia?

Tijolo sem reboco - coberta com telhas ()

Tijolo com reboco - coberta com telhas ()

Taipa ()

Outro tipo: _____

2.3 Tipo de piso do domicílio (moradia)?

Barro - chão batido () Cimento () Revestido com cerâmica ()

Outro tipo: _____

2.4 Tipo de iluminação do domicílio (moradia)?

Lamparina - querosene ()

Rede de distribuição de energia elétrica ()

Outro tipo: _____

2.5 Domicílio dispõe de banheiro?

Sim () Não ()

2.6 Destino dos dejetos humanos?

Fossa rudimentar () Fossa séptica () Rede de esgoto () Jogado a céu aberto ()

Outro tipo: _____

2.7 Destino dado ao lixo?

Coleta regular realizada pela prefeitura () Queimado () Enterrado ()

Jogado a céu aberto ()

Outro tipo: _____

2.8. Principal forma de armazenamento de água utilizada pela família

Cisternas de placa () Tanque () Caixa-d'água ()

Outro tipo: _____

2.9. Principal origem da água utilizada para consumo da família?

() Açude ou Barragem da propriedade rural

() Açude ou Barragem comunitária ou pública

- Poço / cacimbão / nascente da propriedade rural
- Poço / cacimbão / nascente comunitária ou pública
- Armazenada no período chuvoso
- Distribuída em pipas
- Rede de distribuição de água (CAERN ou sistema municipal)

Outro tipo: _____

2.10 Tratamento da água para consumo?

Água consumida não recebe tratamento Filtro de barro Fervida

Outro tipo: _____

2.11 O imóvel em que mora a família é?

Próprio Alugado Cedido

Outra forma: _____

2.12 O acesso para a comunidade quilombola e o deslocamento é realizado por?

Estrada vicinal Estrada pavimentada

Outro tipo: _____

2.13 Como o Sr./Sra. Avalia a via de acesso para a comunidade quilombola?

Péssima Ruim Regular Boa Ótima

2.14 A comunidade quilombola dispõe de serviços de saúde? [resposta múltipla]

Conta com unidade de saúde - posto de saúde na comunidade

Conta com atendimento da estratégia da família

Conta com agentes de saúde

Conta com serviço de remoção da paciente - ambulância

Outro tipo: _____

2.15 A comunidade quilombola dispõe de serviços de educação? [resposta múltipla]

Conta com creche

Conta com escola

Conta com transporte escolar ()

Outro tipo: _____

2.16 A comunidade quilombola dispõe de serviços de Assistência Social? [resposta múltipla]

CRAS () CREAS () Grupo de Idosos () Serviços do Conselho Tutelar ()

Outro tipo: _____

2.17 A comunidade quilombola dispõe de serviços de serviços de apoio a produção? [resposta múltipla]

Corte de terras () Extensão rural () Orientação e apoio para obtenção de crédito ()

Outro tipo: _____

3 ATIVIDADES SOCIOCULTURAIS

3.1. Existem atividades culturais típicas na Comunidade Quilombola?

Sim () Não () Não tem conhecimento/Não sabe () [se sim, responde 3.2; se não, passa para item 3.3]

3.2. Quais as atividades culturais desenvolvidas na Comunidade Quilombola?

Festa de padroeiro () Congada () Bumba meu boi () Cavalhada () Capoeira ()

Maculelê () Atividades musicais tradicionais ()

Outro tipo: _____

3.3 Sabe da existência de alguma atividade prática realizada na Comunidade Quilombola que visa a preservação da cultura afro-brasileira?

Sim () Não () Não tem conhecimento/Não sabe () [se sim, responde 3.4; se não, passa para item 3.5]

3.4 Quais a(s) atividade(s) prática(s) realizada(s) na Comunidade Quilombola que visa/visam a preservação da cultura afro-brasileira:

Criação de associação comunitária () Criação/apoio de grupo cultural da Comunidade Quilombola () Realização de eventos culturais na/para a Comunidade Quilombola

Outro tipo: _____

3.5 Sabe da existência de alguma associação/cooperativa atuante na Comunidade Quilombola?

Sim () Não () Não tem conhecimento/Não sabe ()

3.6 Algum membro da família desenvolve alguma atividade de artesanato, como:

Trabalho com argila () Crochê ou bordado () Cerâmica () Pinturas ()

Outro tipo: _____

3.7 tem conhecimento sobre a existência de outras pessoas da Comunidade Quilombola desenvolvendo atividades de artesanato?

Sim () Não () Não tem conhecimento/Não sabe () [Se respondeu SIM pedir para responder itens 3.8 e 3.9; se respondeu NÃO passar para item 3.10]

3.8 Tipo de artesanatos que tem conhecimento que são realizados na Comunidade Quilombola:

Trabalho com argila () Crochê ou bordado () Cerâmica () Pinturas ()

Outro tipo: _____

3.9 Estimativa dos números de pessoas na Comunidade Quilombola que desenvolvem Artesanatos na Comunidade Quilombola:

Até 5 pessoas () De 6 até 10 pessoas () De 11 até 20 pessoas () De 21 até 30 pessoas () De 23 até 40 pessoas () De 41 até 50 pessoas () Acima de 50 pessoas.

3.10 O/A Sr./Sra. já sofreu algum ato de racismo?

Sim () Não () Não quer responder

3.11 O/A Sr./Sra. se identifica como membro da Comunidade Quilombola?

Sim () Não () Não quer responder

3.12 O/A Sr./Sra. considera que obteve algum benefício por ser membro da Comunidade Quilombola?

Sim () Não () Não quer responder

3.13 O/A Sr./Sra. sente orgulho por ser membro da Comunidade Quilombola?

Sim () Não () Não quer responder.

APÊNDICE 2

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Esclarecimentos: Este é um convite para você participar de um estudo “Caracterização Socioeconômica Da Comunidade Remanescente De Quilombo Do Sítio Comum Em Coronel João Pessoa/RN” conduzido pela pesquisadora Maria Caroline Nogueira de Queiroz e Orientado pelo professor Me. Boanerges de Freitas Barreto Filho, do Departamento de Economia do Campus Avançado de Pau dos Ferros (CAPF/UERN).

Sua participação é voluntária, o que significa que você poderá desistir a qualquer momento, retirando seu consentimento sem que isso lhe traga nenhum prejuízo ou penalidade. Caso decida aceitar o convite, você será submetido ao seguinte procedimento: anotação de uma entrevista cuja responsabilidade de aplicação é de Maria Caroline Nogueira de Queiro, graduanda do curso de Ciências Econômicas, no Campus Avançado de Pau dos Ferros (CAPF/UERN).

Essa pesquisa tem como objetivo geral: Caracterizar os aspectos socioeconômicos, socioculturais e habitacionais da Comunidade Remanescente Quilombola “Sitio Comum”, localizada no município de Coronel João Pessoa/RN. E como objetivos específicos: (1) traçar o perfil socioeconômico identificando níveis de indicadores de renda, escolaridade e ocupação da CRQ; (2) descrever as condições de produção e principais fontes geração de renda dos habitantes da CRQ; (3) demonstrar as condições de moradia, acesso aos serviços básicos e equipamentos público e de posse e titulação de imóveis. (4) identificar as atividades e elementos de afirmação da cultura afro-brasileira na CRQ.

O benefício desta pesquisa é que resulte em medidas e ações do Poder Público para beneficiar os/as moradores/moradoras e para preservação da cultura e tradições afro-brasileiras existentes na comunidade. Além de informar a sociedade sobre as condições existentes, e, possivelmente, servir de parâmetro para a adoção de medidas pelo Poder Público.

Os riscos mínimos que o participante da pesquisa estará exposto são de ordem “Risco Social e Moral”. Esses riscos serão minimizados mediante: Garantia do anonimato/privacidade do participante na pesquisa, onde não será preciso colocar o nome do mesmo; Para manter o sigilo e o respeito ao participante da pesquisa, apenas a graduanda Maria Caroline Nogueira de Queiroz aplicará a entrevista e somente a graduanda Maria Caroline Nogueira de Queiroz e o seu orientador poderão manusear e guardar as entrevistas; sigilo das informações por ocasião

da publicação dos resultados, visto que não será divulgado dado que identifique o participante; garantia que o participante se sinta à vontade para responder aos questionários e anuência das Instituições de ensino e saúde para a realização da pesquisa.

Não será efetuada nenhuma forma de gratificação por sua participação. Os dados coletados farão parte do nosso trabalho, podendo ser divulgados em eventos científicos e publicados em revistas nacionais ou internacionais. A pesquisadora estará à disposição para qualquer esclarecimento durante todo o processo de desenvolvimento deste estudo. Após todas essas informações, agradeço antecipadamente sua atenção e colaboração.

Entendimento e Consentimento:

Eu li e entendi as informações fornecidas neste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Qualquer dúvida que eu tinha foi respondida satisfatoriamente. Eu concordo em participar do estudo “Caracterização Socioeconômica Da Comunidade Remanescente De Quilombo Do Sítio Comum Em Coronel João Pessoa/RN” de forma voluntária e estou ciente de que posso retirar meu consentimento a qualquer momento. Autorizo assim, a publicação dos dados da pesquisa, a qual me garante o anonimato e o sigilo dos dados referentes à minha identificação.

Pau dos Ferros RN,

_____/_____/_____.

Assinatura do Pesquisador

Assinatura do Participante